



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

MINUTA DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico: 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO

OBJETO:

Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

PERÍODO DE PROPOSTA :

04 de fevereiro de 2026 às 08:00h. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO - MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

MODO DE DISPUTA: [aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2025
(Processo Administrativo n° 10/2025)

O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, designado por força das disposições contidas da Portaria n° 07/2023, torna-se público, para conhecimento dos interessados que, a Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, sediada na Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075, centro, NOVA UNIÃO/RO, CEP: 76924-000, por intermédio do Gabinete da Presidência, que se encontra autorizado e aberto, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, lei Federal n. 13.709/2018, Instrução Normativa (IN) 67/202, Decreto municipal 1815/2017 e Decreto Legislativo 050/2023, e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 18 de fevereiro de 2026 às 09:00 h. (horário de Brasília)

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário da Fase de Lances: 09:00h

1. OBJETO DA CONTRAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Frota**, por meio de **cartão magnético, chip e/ou tecnologia contactless**, abrangendo o **fornecimento de combustíveis, a manutenção preventiva e corretiva**, bem como o **gerenciamento de peças, acessórios, componentes e serviços automotivos**, para atendimento das necessidades da frota oficial da Câmara Municipal de Nova União/RO, para o exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos, incluindo, entre outros: mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios, além de serviços de socorro mecânico e remoção de veículos por guinchamento ou rebocamento.

1.3. A licitação será **lote único**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação, entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01		01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação , implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas. Adicionalmente, integram o objeto: <ul style="list-style-type: none">• O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota;	R\$	5,24%

		<ul style="list-style-type: none"> ○ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. ○ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento. ○ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ○ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ○ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ○ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ○ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 	
Valor Total			R\$

1.4. Em caso de divergência entre a descrição/especificação do item/documentação e a identificação constante no www.licitanet.com.br, deverá ser considerada a descrição/especificação do item/documentação que consta neste **AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA** e seus anexos, em especial, as contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos, especialmente quanto às especificações técnicas e operacionais do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem à todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

2.1.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará nosumário **IMPEDIMENTO** da proponente, no referido certame;

2.1.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5. No presente certame, os itens serão de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, para qualquer empresa sendo, porém, garantidas as prerrogativas de **preferência** das MEs, EPPs e MEIs previstas nas Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e Decreto Municipal 1815/2017.

2.5.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014).

2.6. PREVISÃO DE PRIORIDADE para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) Conforme § 3º do Art. 48, alterado pela Lei Complementar 147/14, combinado com Decreto Municipal nº 1815 de 30 de outubro de 2017, fica estabelecido a preferência para contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou ainda Microempreendedor Individual sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido; O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas no âmbito das compras públicas municipais, tal favorecimento abrange os municípios de Nova União, Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste. Tais municípios estão no limite geográfico regional previstos pelo IBGE, sendo que os benefícios através do decreto que regulamenta será o **favorecimento local e regional até o limite de 10% do melhor preço válido, observando o seguinte: A prioridade será para as ME / EPP e Equiparadas sediadas no município de Nova União**, e, não tendo micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de até 10% previsto, a prioridade será dada para as micro empresas e empresas de pequeno porte e equiparadas regionais, e não tendo licitantes participantes no âmbito regional ficarão as demais empresas em iguais condições de participação na disputa, sem o favorecimento acima previsto;

2.7. Não poderão disputar desta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.26** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

2.13. A vedação de que trata o **item 2.7.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.14. Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO**, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do **Sistema Eletrônico**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

2.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21;

2.16. Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.17. A participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma do **PREGÃO ELETRÔNICO**, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no parágrafo 1º do art. 175 da Lei 14.133/21.

2.18. Independente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.19. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Câmara Municipal de Nova União/RO, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.20. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.21. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no Site: <https://licitanet.com.br/>;

2.22. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.23. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Câmara municipal de Nova União/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.24. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

2.25. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalva: é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/21.

2.26. Pessoa Física e Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas **inidôneas** ou punidas com **suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta**, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão Eletrônico, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

2.27. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante;

2.28. Os documentos necessários à participação na presente licitação compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.29. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

2.30. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.31. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.32. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.33. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.34. Licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo a **taxa de administração**, expressa em percentual, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública;

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.8.1 deste Edital;

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno;

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar percentual da Taxa de Administração ofertada para o item único do certame.

4.1.1. Valor Percentual do **[ITEM]**;

4.1.2. Marca **(SE FOR O CASO)**;

4.1.3. Fabricante **(SE FOR O CASO)**;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.5. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

4.8. A proposta é preenchida na Plataforma LICITANET, portanto, **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

4.9. Em caso de identificação da licitante na **proposta preenchida diretamente no sistema LICITANET**, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro;

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência**;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

5.6. O lance deverá ser ofertado em **percentual de taxa de administração**, não superior ao limite máximo estimado no Termo de Referência.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser; **O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.**

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para este procedimento, será adotado o modo de disputa **aberto**, com critério de julgamento sobre o **MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**, em que os licitantes apresentarão lances públicos;

5.11.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.11.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.11.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos **lances intermediários** quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,01%**.

5.12. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.13. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.14. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.15. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.15.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.815/2017;

5.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.18. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.18.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, par mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.18.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (**não seguidas de lances**), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas apresentadas;

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.20.4. O pregoeiro **PODERÁ** solicitar ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.7.** do edital, especialmente quanto à existência de **sanção** que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#);

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;

6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;

6.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I Documentação Exigida para Habilitação**, e serão solicitados ao licitante mais bem classificado após a fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas b, c e d acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por **[formato digital via sistema]**.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir;

7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

7.7.1. A critério do pregoeiro poderão ser exigidos documentos complementares para fins de habilitação, devendo ser enviados por meio do sistema, em formato digital, contado da solicitação do pregoeiro;

7.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;

7.7.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.7.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1**;

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 1.815/2017](#)).

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

7.14. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

7.14.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

7.14.2. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;

7.14.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

7.14.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

7.15. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formado digital, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15.2. DECLARAÇÕES:

- a. Declaração Conjunta, conforme modelo **ANEXO IV**;
- b. Declaração de MPE, conforme modelo **ANEXO V**; *caso seja micro empresa - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP*.
- c. Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **ANEXO VI**;
- d. Declaração de Cumprimento ao Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021, conforme modelo **ANEXO VII**.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico](#).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens **9.1.4**, **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e **9.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado pelo sistema LICITANET no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Portal Licitanet: www.licitanet.com.br/ e pelo e-mail: diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO PRAZO DE ENTREGA

11.1. O prazo de entrega está descrito no item 6 do **ANEXO I Termo de Referência**.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os critérios para realização do pagamento estão descritos no item 8 do **ANEXO I Termo de Referência**.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATO

13.1. Os procedimentos de fiscalização e gestão do contrato estão definidos nos itens 6 e 7 do **ANEXO I Termo de Referência**.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e endereço eletrônico: <https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia/>, e www.licitanet.com.br.

14.11. Para acessar o Edital no portal da Câmara, acesse o link descrito acima, clique na aba Leis, Atos e Publicações e após na sub-aba editais.

14.12. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

14.12.1. ANEXO I - Documentação Exigida para Habilitação

14.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;

14.12.3. ANEXO III - Modelo Proposta de Preços;

14.12.4. ANEXO IV - Declaração Conjunta;

14.12.5. ANEXO V - Declaração de MPE;

14.12.6. ANEXO VI - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

14.12.7. ANEXO VII - Minuta do contrato;

BRUNO ARAUJO LENK
Agente de Contratação

Elaborado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTODIO
Chefe de Seção de Compras, Patrimônio e Almoxarifado

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA
Agente Administrativo

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos subitens a seguir, para fins de habilitação:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Documentos de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

b) DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

- a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h. Os participantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa são condizentes com as especificações do objeto, consultando a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br>. Ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social. Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g. **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo **ANEXO VII**.

2.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);
- c. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação conforme Art. 69. § 4º, [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.
- Alvará de Localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da Licitante;

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência atende ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Legislativo nº 50/2023, estabelecendo as diretrizes da futura contratação.

1.2. Destina-se à contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas, Conforme especificações e quantidades contidas neste Termo e anexos .

1.3. A contratação visa o gerenciamento das despesas com abastecimento e manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota da Câmara Municipal de Nova União, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.4. Da Justificativa.

1.4.1. Condições dos Veículos Institucionais; Os veículos institucionais da Câmara Municipal devem estar sempre em plenas condições de funcionamento e conservação, prontos para atender às necessidades administrativas e legislativas. Esses veículos são essenciais para o acompanhamento de obras públicas, fiscalizações e visitas a instalações municipais. A manutenção regular é crucial não apenas para garantir a eficiência operacional, mas também para proteger o patrimônio público e a segurança dos usuários.

1.4.2. Contratação Indireta; A utilização de veículos por meio de contratação indireta permite a escolha de empresas especializadas, assegurando a pronta execução das atividades. Essa abordagem evita atrasos e estresse para os usuários, contribuindo para o cumprimento de agendas previamente definidas.

1.4.3. Manutenção e Abastecimento; As demandas por manutenção e abastecimento dos veículos oficiais são atendidas através de contratos indiretos. A busca por novos contratos visa não apenas manter a qualidade dos serviços, mas também implementar tecnologia, como cartões magnéticos, que automatiza o registro de manutenções e abastecimentos. Isso aumenta a eficiência e a confiabilidade do sistema, garantindo que apenas veículos cadastrados recebam manutenção.

1.4.4. Importância dos Veículos; Os veículos são ferramentas fundamentais para o desempenho das funções legislativas e administrativas da Câmara de Vereadores de Nova União. Manutenções adequadas garantem a disponibilidade necessária para que vereadores e servidores realizem suas atividades com segurança e agilidade.

1.4.5. Automação e Melhoria de Processos; A proposta inclui a adoção de um sistema de software especializado para gerenciar a frota, permitindo o acompanhamento de manutenção, abastecimento, quilometragem e histórico de reparos. As vantagens incluem:

- Extensão do horário de manutenção: Rede credenciada disponível em horários variados.
- Flexibilidade de acesso: Possibilidade de serviços em diversas localidades.
- Simplificação de procedimentos: Agilidade nas rotinas de controle e tomada de decisão.
- Precisão nos relatórios: Controle de custos e segurança com relatórios detalhados.
- Modernização dos controles: Redução do tempo de análise e compilação de dados.

1.4.6. Gerenciamento Eletrônico; A contratação de uma empresa para o gerenciamento eletrônico de peças, serviços e abastecimento, utilizando cartões magnéticos, visa otimizar a gestão logística. Essa tecnologia permite o monitoramento em tempo real de custos, eliminando fraudes e garantindo maior precisão na gestão.

1.4.7. Redução de Custos e Eficiência; A adoção desse sistema contribuirá para a redução de custos operacionais, aumentando a agilidade nos processos e eliminando a necessidade de documentos físicos. Isso garantirá a continuidade operacional da frota e a qualidade dos serviços prestados, assegurando o cumprimento das normas e o uso eficaz dos recursos durante o exercício de 2026 no Poder Legislativo de Nova União.

1.5. Benefícios da Contratação.

1.5.1 Maior controle nos custos, quilometragem, litragem, identificação (matrícula, nome, data, hora, cidade, valores, consumo, saldo remanescente,) ocasional do condutor, do veículo e do estabelecimento credenciado do fornecedor, e consequente segurança na administração de despesas;

1.5.2 Amplo Gerenciamento via internet com acesso restrito e emissão de relatórios únicos e particularizados completos de manutenção/consumo de combustível, médio e periódico, parciais ou completos da frota de veículos;

1.5.3 Atribuição mensal com recarga de crédito dos cartões personalizados (com identificação) conforme alinhamento com a Câmara Municipal de Vereadores de Nova União;

1.5.4 Permite a pesquisa de preços, e a busca pela melhor oferta, em função da variedade de empresas (oficinas e postos de combustível credenciados). O que redundará em maior economia, considerando que os preços praticados são os mesmos que da negociação de à vista;

1.5.5 Permite completa movimentação dos cartões via internet:

- Inclusão
- Bloqueio
- Consulta de Extratos;
- Cancelamento;
- e Substituição por por extravio.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

2.1. O presente Termo tem por objeto a Contratação de Empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação de forma contínua de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva, corretiva e para abastecimento de veículos, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, conforme especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais/genuínas recomendados pelo fabricante de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, concessionárias, oficinas

multimarcas e centros automotivos, bem como mão de obra mecânica, abrangendo Mecânica em Geral, Revisão Elétrica e Eletrônica, Arrefecimento, Refrigeração, Lanternagem, Funilaria, Borracharia, Vidraçaria, Capotaria, Tapeçaria, Pintura, Pneumático, Acessórios, Equipamentos Obrigatórios, Lubrificação, Alinhamento Balanceamento, cambagem, e outros materiais/serviços para o seu perfeito funcionamento, além de reboques dos veículos por empresas de transporte em suspenso por guinchamento/ Rebocamento e socorro mecânico.

2.3.Especificação do Objeto;

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. ◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento. ◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ◦ Fornecedor de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 	SERV/ MÊS	01

2.4. Estimativa de Preço;

Os valores foram estimados com base no estudo de progressão de aumento anual, bem como considerou-se o percentual para taxa administrativa a média obtida a partir dados de pesquisa publicada em mídia especializada embasada na Lei 14.133/2021, em especial nos Artigos 23, Inciso III.

DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS	
DESCRIÇÃO	VALORES
Valor estimado para atender as necessidades da Câmara municipal de Nova União/RO, sendo os itens acima detalhados. Pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

- Descrição pormenorizada da utilização dos valores;

Será celebrado contrato pelo valor global estimado de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), acrescido da taxa de administração, a qual poderá ser positiva, zerada ou negativa, conforme proposta vencedora.

O valor global encontra-se subdividido estimativamente da seguinte forma:

- Fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais);
- Prestação de serviços de manutenção em geral, incluindo fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro além de mão de obra mecânica: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Ressalta-se que a referida subdivisão possui caráter meramente estimativo, podendo sofrer alterações conforme a necessidade da Administração, sem que isso caracterize alteração contratual, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, sendo tais ajustes formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

2.5. Da Taxa do Certame;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	TAXA	VALOR +TAXA
01	Taxa de administração da empresa operadora de sistema de cartões para a prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado on-line, integrado e operacionalizado por meio de cartões magnéticos	R\$ 66.500,00	5,24%	R\$ 69.984,60

2.6. Classificação Dos Bens Comuns

2.6.1. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por especificações usuais de mercado. Embora o conceito seja aberto, os bens demandados apresentam padronização objetiva, especificações usuais e ampla disponibilidade no mercado, razão pela qual se enquadram como bens comuns.

Em conformidade com o Decreto Legislativo nº 50/2023, os itens a serem adquiridos deverão possuir qualidade comum, suficiente ao atendimento das finalidades institucionais, sendo vedada a aquisição de bens de luxo. Considera-se bem de luxo aquele cuja qualidade ou preço seja superior ao necessário, salvo se adquirido por preço equivalente ou inferior ao de bem comum similar, ou quando características superiores forem justificadas pela atividade do órgão.

2.7. Descrição Detalhada do Objeto.

2.7.1. Objeto características gerais.

2.7.2. A prestação de serviços continuados envolve a disponibilização de abastecimento de combustíveis e peças e serviços para os veículos oficiais, acompanhada de uma administração abrangente que inclui: gerenciamento, fiscalização financeira e operacional, além de controle informatizado por meio de uma plataforma web. Este sistema será desenvolvido como um conjunto integrado de programas, executados em um servidor HTTP (Web Host), permitindo fácil atualização e manutenção, com o código-fonte centralizado para acesso por diferentes usuários, incluindo a CONTRATADA e as empresas credenciadas. Isso garantirá que as atualizações sejam realizadas em tempo real, favorecendo a sinergia entre os usuários. O sistema contará ainda com um aplicativo disponível para instalação em dispositivos móveis (Android e iOS), proporcionando acesso à rede credenciada de empresas que oferecem serviços de manutenção e abastecimento de combustíveis. Todos os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, assegurando a continuidade e eficiência na manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Através deste sistema, a CONTRATADA garantirá um controle eficaz e integrado, promovendo a transparência e a qualidade dos serviços prestados.

2.7.3. Fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos (opcional com chip) em rede de empresas (oficinas e postos de combustível e de lavagens e afins credenciados), compreendendo a administração e gerenciamento tecnológico e personalizado com cadastramento de veículos, gestores, fiscais e usuários regulares ou eventuais apontados utilizando a tecnologia que melhor controle com segurança a contratação, a fim de atender os veículos oficiais pertencentes à Câmara Municipal, localizados no Estado de Rondônia e eventualmente em outros Estados da Federação.

2.7.4. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.5. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.6. Comprovadamente a rede credenciada de empresas deve conter, dentre a quantidade indicada de estabelecimentos credenciados.

2.7.7. Prestadores de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos (oficinas automotivas).

a. Revendedores de autopeças.

b. Revendedores de combustíveis e derivados (postos de combustível), de no mínimo 03 (três) bandeiras diferentes (exceto quando a municipalidade não oferecer tal condição).

2.7.8. A CONTRATADA deverá emitir os cartões de gerenciamento em no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato. Neste período, deve encontrar-se apta a viabilizar o atendimento das demandas urgentes do contratante através dos procedimentos contingenciais descritos.

2.7.9. Suporte Técnico Permanente: Que possibilite o restabelecimento, correções e alterações do sistema em prazo hábil, garantindo inclusive o cadastramento inicial e/ou migração dos dados do Sistema anterior, bem como o esclarecimento de dúvidas durante a operação do sistema por parte da CONTRATANTE ou da Rede Credenciada, através de técnicos capacitados.

2.8.0. Características Específicas.

2.8.1. Dos veículos.

2.8.2. Para fins desta licitação consideram-se como integrantes do acervo patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Nova União, a frota veicular própria aqui apontados, devem ser contemplados pelo objeto de contratação.

2.8.3. Os veículos da frota, inicialmente, abrangidos por esta contratação são os listados no ANEXO C deste Termo de Referência.

2.8.4. Ao CONTRATANTE fica facultado no curso da vigência da contratação a alteração dos veículos por motivo de aquisição e/ou desfazimento.

2.9. Serviço de abastecimento.

2.9.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, momentânea falta de acesso ao sistema, fase de transição/renovação de contrato de credenciamento, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente.

2.9.2. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone (0800) ou similar, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE.

2.9.3. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa CONTRATADA.

2.9.4. Uma vez constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a CONTRATADA ficará passível de notificação.

2.9.5. Haverá uma atribuição de cota/valor mensal para cada veículo/gerador, adotando para destinação a placa real (dos veículos).

2.9.6. Os veículos deverão ser abastecidos quando necessário, sem uma frequência definida, uma vez que o consumo de combustível está condicionado à utilização do veículo.

2.9.7. Para cada abastecimento, o limite do volume de combustível a ser abastecido será o da capacidade do tanque, não sendo permitida a utilização de recipientes de armazenagem.

2.9.8. Os créditos dos cartões de cada veículo serão definidos de acordo com a conveniência da Administração.

2.9.9. A CONTRATADA deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos, componentes da frota da contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais.

2.9.10. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível em tempo real, via WEB, ou no máximo a partir da 00:00 (zero) hora imediatamente subsequente ao pedido de realocação.

2.9.11. A cada período decorridos de 30 (trinta) dias os créditos deverão ser renovados com o limite máximo já inicialmente destinado a cada unidade placa, que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor do contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.9.12. A CONTRATADA deverá fornecer cartão magnético eletrônico individual e intransferível para cada veículo descrito no ANEXO C deste Termo de Referência, devendo adotar a numeração da placa como identificação inicial. Deverá imprimir em cada cartão a identificação da CONTRATANTE, o modelo e a placa do veículo.

2.9.13. A CONTRATADA deverá substituir em no máximo 15 (quinze) dias úteis, os cartões magnéticos que:

a. Tenham perdido a validade;

b. Apresentarem defeito que impeça a sua utilização; e

c. Tenham sido extraviados.

2.9.14. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.

2.9.15. O bloqueio do uso do abastecimento de veículo e o cancelamento será imediato para os casos de perda ou extravio de cartão.

2.9.16. Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso. O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações pró-ativas por parte da CONTRATANTE. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor.

- Identificação do posto de combustível/oficina (Nome e Endereço).
- Identificação do veículo (placa).

- Saldo remanescente do limite de crédito destinado ao veículo.
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço.
- Tipo de Combustível (para o serviço de abastecimento).
- A data e hora da Transação (abastecimento).
- Quantidade de litros de combustível.
- Preço do material (combustível, óleo, filtro).
- Preço do serviço lubrificação, manutenção, etc).
- Valor cobrado.

2.9.17. Controle e gestão de consumo de combustível a cargo do fiscal do contrato, sendo que a CONTRATADA deverá manter uma rede credenciada dentro dos parâmetros estabelecidos.

2.9.18. Nas localidades não abrangidas pelo valor médio de referência será a localidade mais próxima consultada e constante da tabela.

2.9.19. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;

2.9.20. As situações não solucionadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas serão objeto de glosa no pagamento.

2.9.21. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo ANP, conforme legislação em vigor.

2.10. Os serviços de manutenção.

2.10.1. Manutenção preventiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras, concessionárias de automóveis ou nos postos de abastecimento (de acordo com o serviço), obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo, inclusive com atenção às recomendações para evitar a perda da garantia, quando for o caso. São exemplos de manutenção preventiva.

- Serviços de troca e remendo de pneus.
- Alinhamento e balanceamento de rodas.
- Serviços de cambagem, câster e convergência.
- Serviços de desempenho de rodas.
- Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento.
- Lubrificação de veículos.
- Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador, dentada, etc.
- Substituição de itens do motor.
- Limpeza de motor e bicos injetores.
- Regulagens de bombas e bicos injetores.
- Mecânica geral
- Mecânica de transmissão
- Mecânica de suspensão
- Revisão/ substituição dos componentes de freio
- Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

2.10.2. A manutenção preventiva também se refere à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/conductor, levando-se em conta a quilometragem de 1.000; 5.000; 10.000, etc., prevenindo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis autorizadas, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações do contratante, a fim de manter a garantia do fabricante.

2.10.3. Manutenção corretiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

2.11. Da Identificação dos Condutores, dos Cartões Magnéticos Vinculados Ou Não.

2.11.1. O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, contendo os seguintes dados: placa, marca, tipo, chassi, combustível, ano de fabricação, lotação (Unidade), capacidade do tanque, hodômetro, nome, registro funcional e unidade dos condutores.

2.11.2. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos e oficinas credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

2.11.3. A identificação do condutor autorizado pela Administração será validada, pela CONTRATADA, através de senha própria, não podendo haver utilização de senha de outro condutor, mesmo que esteja conduzindo carros da frota da CONTRATADA.

2.11.4. O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da CONTRATANTE.

2.11.5. Os cartões (vinculados ou não) não poderão ser cobrados em separado, pois os seus custos estarão inclusos no valor do serviço de gerenciamento da frota. A exceção, ou não, fica facultado à CONTRATADA, será para os cartões roubados ou extraviados, que serão custeados pelo CONTRATANTE.

2.11.6. A empresa vencedora deverá fornecer 02 (dois) cartões adicionais reserva para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, de outras unidades em trânsito, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento da frota.

2.11.7. A critério da Unidade Administrativa e de acordo com a necessidade poderá ser solicitado à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

2.11.8. Durante a execução do contrato, o CONTRATANTE poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência. Caso haja diminuição no número de carros da frota haverá devolução de cartões magnéticos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a descrição do Documento de Formalização de Demanda (DFD) (ID 319708), a contratação objetiva aquisições de combustível para os veículos do Poder Legislativo de Nova União/RO, além de manutenção preventiva e corretiva.

3.2. A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico por meio de cartão magnético de peças, serviços e abastecimento de frota para o exercício de 2026 é essencial para otimizar a administração e operação da frota de veículos do Poder Legislativo. O sistema de gestão eletrônica proporcionado pelo uso do cartão magnético facilita o controle, a transparência e a eficiência nas operações relacionadas à manutenção e abastecimento dos veículos, além de simplificar o processo de aquisição de peças e serviços necessários para a manutenção da frota.

3.3. A utilização do cartão magnético permite que as despesas com abastecimento, peças e serviços de manutenção sejam registradas de maneira centralizada e em tempo real, garantindo maior controle orçamentário e a prevenção de fraudes ou desvios. Com a implementação de um sistema eletrônico, será possível monitorar os custos de forma mais eficaz, facilitando a tomada de decisões rápidas e assertivas quanto à gestão da frota.

3.4. A entidade dispõe de 3 veículos, os quais são utilizados pelos vereadores na fiscalização dos atos do Poder Executivo, assim como pelos servidores em deslocamentos para cursos de capacitação e outras atividades relacionadas às suas funções, sendo: 01 (uma) Honda/Motocicleta NXR Bros 150 Flex; 01 (uma) Caminhonete hilux, Cabine Dupla; e 01 (um) Toyota/Etios Hatch 1.3, Flex, ANEXO C.

3.5. Diante do exposto, a contratação de empresa em questão se torna imprescindível, para garantir a continuidade das atividades do Poder Legislativo em 2026, promovendo a segurança, eficiência e transparência na gestão da frota, além de proporcionar maior controle financeiro sobre os gastos com a manutenção e abastecimento dos veículos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. A empresa interessada deverá atender aos requisitos legais, fiscais e trabalhistas previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. A contratada deverá:

- a. Atender às demandas da Contratante nos prazos estabelecidos e aceitar o controle de qualidade, quando solicitado;
- b. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado, composta por oficinas mecânicas, concessionárias, autopeças, borracharias, serviços de guincho e postos de combustíveis, promovendo novos credenciamentos quando solicitado pela Contratante;
- c. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo fornecimento de peças, acessórios e serviços automotivos em geral;
- d. Disponibilizar serviço de reboque/guincho 24 horas em caso de pane ou acidente;
- e. Apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no mínimo 01 (um) estabelecimento credenciado por município indicado pela Contratante. Onde não houver esse quantitativo, deverão ser cadastrados todos os estabelecimentos aptos existentes;
- f. Credenciar novos fornecedores ou prestadores de serviço sempre que solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.1.3. A contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo impostos, fretes, seguros e encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

5.1.4. A contratada deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, treinamento dos servidores designados para uso do sistema de gerenciamento da frota, presencial ou on-line, capacitando-os para operação, consulta e emissão de relatórios.

5.1.5. A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico de gerenciamento da frota em ambiente web, que permita, no mínimo:

- a. Abertura e acompanhamento de ordens de serviço on-line;
- b. Recebimento e aprovação de orçamentos;
- c. Cotação de preços junto à rede credenciada;
- d. Controle dos serviços executados;
- e. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais;
- f. Registro do histórico completo de manutenção de cada veículo;
- g. Emissão de notas fiscais com discriminação de peças, serviços e taxa de administração.

5.1.6. O sistema deverá permitir acesso da Contratante a todos os dados durante a vigência contratual e fornecer o histórico completo ao término do contrato.

5.1.7. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial por telefone ou chat.

5.1.8. Os prazos para execução dos serviços de manutenção e reparos serão definidos de comum acordo entre as partes.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO;

- a. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO;

- a. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DA SUSTENTABILIDADE;

- a. Nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar critérios de sustentabilidade ambiental.
- b. Na presente contratação, não se identificam riscos ambientais relevantes decorrentes da execução do objeto. Assim, considerando a necessidade de adoção de critérios objetivos e passíveis de comprovação, será exigido dos licitantes que as faturas, relatórios e demais comunicações formais sejam preferencialmente realizados em meio eletrônico, de modo a reduzir o consumo de papel.
- c. A contratação observará as normas de proteção ao meio ambiente e as práticas de sustentabilidade aplicáveis, assegurando o atendimento das necessidades do órgão com adequado custo-benefício e sem impactos ambientais significativos.
- d. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo cumprimento da legislação ambiental vigente, devendo:
 - a. Adotar medidas necessárias para evitar danos ou degradação ambiental na execução dos serviços;
 - b. Assumir a responsabilidade pela correção de eventual dano ambiental que venha a ocorrer em decorrência da execução contratual;
 - c. Cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e do Decreto Estadual nº 21.264/2016.
- e. Quando aplicável, poderão ser exigidos critérios adicionais de sustentabilidade, tais como:
 - I. utilização de embalagens com menor volume possível e preferencialmente recicláveis;
 - II. fornecimento de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO;

6.1. DA EXECUÇÃO

- a. Fica estabelecido locais mínimos, de Prestação dos Serviços e quantidade mínima de credenciados (conforme o Anexo B).
- b. A Contratada será responsável pela execução integral do objeto, utilizando recursos tecnológicos e equipe técnica especializada, garantindo padrões adequados de organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- c. A implantação do sistema de gerenciamento da frota deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço pela Contratante, incluindo a liberação de acesso ao sistema web aos servidores autorizados.
- d. As operações serão realizadas em ambiente web, com acesso mediante login e senha, permitindo interação direta entre a Contratante e o sistema da Contratada.
- e. Contratada disponibilizará sistema informatizado de gestão de frota capaz de atender todas as demandas da Contratante, com controle dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, e geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros.
- f. A Contratada deverá:
 - a. Cadastrar todos os veículos da frota da Contratante no sistema;
 - b. Registrar histórico de manutenção, quilometragem, custos e serviços realizados;
 - c. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado;

- d. Permitir abertura, análise e aprovação de ordens de serviço on-line;
- e. Disponibilizar suporte técnico em horário comercial, com prazo máximo de resposta de 4 (quatro) horas úteis.
- f. Disponibilizará a CONTRATANTE, cartões coringa para serem disponibilizados aos usuários, em caráter emergencial, até o recebimento do cartão nominal.
- g. A Contratante designará servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, aos quais serão fornecidos acessos ao sistema em níveis distintos.
- h. Os serviços de manutenção e fornecimento de peças somente poderão ser executados após aprovação eletrônica do orçamento pelo fiscal do contrato.
- i. A rede credenciada deverá fornecer comprovante dos serviços realizados, contendo descrição, valores, garantias e identificação do estabelecimento.
- j. As oficinas credenciadas deverão realizar check-list no recebimento e na entrega dos veículos, bem como devolver as peças substituídas e certificados de garantia.
- k. Garantias mínimas:
 - a. Peças substituídas: 06 (seis) meses;
 - b. Serviços sem fornecimento de peças: 03 (três) meses;
 - c. Serviços de manutenção corretiva: 06 (seis) meses, exceto alinhamento e balanceamento (30 dias).
- l. Durante o período de garantia, os defeitos deverão ser corrigidos sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- m. Os preços das peças originais deverão ter como referência a tabela oficial das montadoras ou, na ausência, pesquisa de mercado realizada pelo fiscal do contrato.
- n. A Contratada garantirá que os preços praticados na rede credenciada não excedam os valores de mercado à vista.
- o. O sistema deverá permitir a realização de, no mínimo, 03 (três) cotações entre oficinas credenciadas, selecionando-se a proposta mais vantajosa.
- p. O pagamento aos estabelecimentos credenciados será de responsabilidade exclusiva da Contratada, inexistindo vínculo financeiro entre a Contratante e os prestadores de serviço.
- q. A Contratante poderá solicitar a substituição de prepostos da Contratada que não atendam às exigências contratuais.
- r. Quaisquer entendimentos entre Contratada e fiscais deverão ocorrer por escrito.

6.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA;

- a. A implantação do sistema de gerenciamento, apresentação da relação de rede de postos de abastecimento credenciados, realização de treinamento e entrega dos cartões eletrônicos de abastecimento dos veículos e equipamentos deverão ocorrer num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço, na sede da Câmara Municipal de Nova União/RO - Estado de Rondônia, conforme lei 14133/2021, sendo endereço Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075- Centro - Nova União/RO - CEP: 76.924-000 no horário de expediente 07h as 13h.
- b. O fornecimento do combustível será realizado pelos estabelecimentos credenciados e conveniados em todas Cidades do Estado de Rondônia, nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, por funcionário do posto, diretamente e exclusivamente da bomba de combustível para o tanque dos veículos autorizados (excetuados os equipamentos), por meio de cartão onde constem informações dos veículos e equipamentos;
- c. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:
 - a. Cadastramento da frota de veículos, máquinas e equipamentos;
 - b. Definição da logística da rede de postos integrantes da rede credenciada de abastecimento;
 - c. Cadastro e distribuição das senhas de acesso;
 - d. Treinamento dos condutores e gestores;
 - e. Fornecimento dos cartões para os veículos e equipamento;

6.3. CONDIÇÕES DE ENTREGA;

- 6.3.1. Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão os usualmente ofertados pelos fabricantes/prestadores, sem prejuízo dos prazos mínimos preconizados nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.
- 6.3.2. A Contratada será corresponsável pelos serviços de prestado pelas sua rede credenciadas/ assistência técnica executados pela empresa de Assistência Técnica, Autorizada do Fabricante para manutenção dos bens.
- 6.3.3. A prestação de serviço poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando executado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo da prestação de serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4. FISCALIZAÇÃO;

- 6.4.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) Fiscal(s) de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.
- 6.4.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
- 6.4.3. O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 6.4.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.
- 6.4.5. A fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA;

- 6.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.5.2. A contratada deverá garantir que sua rede credenciada mantenha a qualidade dos produtos ofertados, bem como arcar com os prejuízos à Câmara municipal de Nova União, decorrentes de sua má qualidade.
- 6.5.3. O prazo de validade/garantia dos materiais, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, e/ou outra devidamente comprovada pelo fabricante.
- 6.5.4. a intermediação, objeto desta aquisição, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, ou apresentados com danos/defeitos. Deverá ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, nos termos da Lei Federal N.º 14.133/2021;

- a. O contrato será celebrado para 100% (cem por cento) das quantidades apresentadas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a CONTRATANTE a execução do valor total do mesmo;
- b. O valor da Taxa Administrativa proposta será fixo e irrevogável durante o período da contratação. Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal N.º 14.133/2021;

7.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para fornecer o objeto contratual.

7.2. DA GESTÃO DO CONTRATO;

7.2.1. Será realizado pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) gestor de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, seguindo decreto legislativo nº 50/2023, Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a autoridade observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmicas ou técnicas, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

7.2.2. Ao servidor designado para essa função será responsável pelo;

- a. Planejamento: O gestor é responsável por planejar a execução do contrato, estabelecendo metas, prazos e especificações técnicas necessárias para a realização do objeto contratado.
- b. Acompanhamento da execução: O gestor monitora e supervisiona o andamento do contrato, verificando se as obrigações estão sendo cumpridas de acordo com o estabelecido no contrato.
- c. Controle financeiro: O gestor controla os aspectos financeiros do contrato, como pagamentos, medições, reajustes de preços e eventuais penalidades por descumprimento contratual.
- d. Avaliação de desempenho: O gestor avalia o desempenho do contratado, verificando se este está cumprindo os prazos, padrões de qualidade e demais obrigações previstas no contrato.
- e. Comunicação: O gestor do contrato é responsável por comunicar e solicitar informações aos fiscais de contrato, fornecedores e demais envolvidos no processo, garantindo uma comunicação clara e eficiente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO;

- a. O recebimento provisório ocorrerá após a entrega do objeto, para verificação da conformidade com o edital, Termo de Referência e proposta, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação formal do contratado, realizada por e-mail ou por registro no sistema da gerenciadora, desde que assegurada a identificação do usuário que recebeu a informação, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- b. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c. Definitivamente: após a verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias a partir do recebimento provisório;
- d. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO;

- a. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, Art. 7º Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- b. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.
- c. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I) Data da emissão;
 - II) Dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
 - III) Período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
 - IV) Valor a pagar; e
 - V) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- f. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO;

- a. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, Art. 7º, inciso II, Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- c. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- d. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- e. Retenção de Tributos; Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive as estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, que determina a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) e demais tributos incidentes sobre pagamentos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública.
- a. Casos de não retenção / isenção / imunidade segundo o art. 4º da IN 1.234/2012, O Art. 4º da IN 1.234/2012 elenca as hipóteses em que não será feita retenção do IR e das contribuições (PIS/Pasep, Cofins, CSLL) nos pagamentos efetuados pela administração pública.
- f. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Nova União/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g. A nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser entregue preferencialmente digital na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

9.1. FORMA DE SELEÇÃO;

- a. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO) já incluído o percentual de Taxa Administrativa ou Desconto ofertado, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- b. A taxa administrativa (ou percentual de desconto) oferecida na proposta vencedora será fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos serviços/bens consumidos.
- c. A taxa total referente aos custos cobrados da REDE CREDENCIADA deve estar dentro do percentual da proposta final cadastrada no certame.
- d. O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.

9.2. DA PREVISÃO DE PRIORIDADE.

- a. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021, Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- b. O Decreto municipal nº 1815, de 30 de outubro de 2017, estabelece medidas para promover o desenvolvimento econômico e social em nível municipal e regional. Ele visa aumentar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme previsto na Lei Complementar Federal 123/2006. O decreto prioriza a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, permitindo uma margem de até 10% do melhor preço para facilitar essas contratações nas compras públicas.

Art. 1º Nas contratações públicas municipais de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II. Ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III. Incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

- I. Âmbito local - os limites geográficos do território do município de Nova União / RO;
- II. Âmbito regional - os limites geográficos dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, previstos na micro região de Ji Paraná do IBGE, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste decreto e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos neste decreto deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10%(dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

- I. A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/RO;
- II. Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas conforme art. 1º, § 1º, II.

9.3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (LEI 14.133/21 ART 33 inciso I)

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

- 9.3.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a ser cobrada da Administração (Item 1), nos termos do art. 55, inciso II, alínea a, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.2. Somente o Item 1 taxa de administração a ser cobrada da Administração será objeto de disputa no certame.
- 9.3.4. Será declarada vencedora a licitante que ofertar a menor taxa de administração para a Administração.
- 9.3.5. A taxa de administração ofertada à Administração, seja positiva, nula ou negativa, permanecerá fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos bens e serviços efetivamente consumidos. Nos termos do entendimento firmado pelo TCE/RO no APL-TC referente ao Processo nº 01135/22, será admitido o cadastramento de propostas e lances com taxa de administração igual a zero ou negativa.
- 9.3.6. O percentual ofertado deverá ser apresentado com duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

9.3.7. Na hipótese de apresentação de taxa negativa, a Controladoria poderá proceder com a verificação da exequibilidade da proposta apresentada.

9.3.8. A contratada deverá discriminar em suas faturas mensais o valor base do consumo e o valor correspondente à taxa de administração aplicada, positiva ou negativa.

9.3.9. Exemplos de Composição de Faturamento

a) Proposta com taxa positiva

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 5,24% R\$ 3.484,60

Valor total estimado: R\$ 69.984,60

b) Proposta com taxa zero

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 0,00% R\$ 0,00

Valor total estimado: R\$ 66.500,00

c) Proposta com taxa negativa

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: -2,00% (-) R\$ 1.330,00

Valor total estimado: R\$ 65.170,00

9.6. HABILITAÇÃO (LEI 14.133/21 ART. 62 a 64).

a. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

b. O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATÓRIA, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.

9.6.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA;

DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

h. Os participantes deverão observar se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social (Receita Federal do Brasil Acórdão nº 09-22634, de 18/02/2009) Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

9.6.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;

b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;

d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;

e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.

b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);

c. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

d. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I. - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II. - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III. - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

e. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo pregoeiro, se emitidas nos últimos 90 (noventa) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela internet, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

f. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

9.6.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

- a. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (Lei nº 14.133/2021, artigo 67, inciso II, combinado com § 1º do mesmo artigo). A comprovação da experiência anterior do licitante deverá atender ao seguinte:
- b. Os atestados ou declarações de capacidade técnica devem demonstrar capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- c. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.
- d. O pregoeiro diligenciará na forma do art. 64, da Lei 14.133/21 a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo: NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.
- e. O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.
- f. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor da estimado contratação, será de 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Ação Orçamentária: 2026 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA CÂMARA.
- Ficha Orçamentária: 013 - 3.3.90.40- SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
- 001.500: Recursos não Vinculados de Impostos.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

12.1 Conforme ANEXO A deste Termo de Referência.

13. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

13.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

13.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

13.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal.

14.2. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

14.3. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, a contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito.
- b) multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- c) multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;
- e) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

14.4. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.

14.6. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

14.7. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS;

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar à Administração Geral, para fins de principiar o necessário processo de licitação visando atender demanda quanto a contratação de uma empresa especializada em serviço contínuo de gerenciamento de frotas, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado com disponibilização de Rede Credenciada de postos de Combustíveis para o fornecimento de combustíveis, e oficinas credenciadas para manutenção corretiva e preventiva, junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias, compreendendo os serviços sendo revisão, mecânica em geral, com fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota.

16.2. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

16.3. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

16.4. Reserva-se a administração, promover diligências durante a realização do certame, a fim de se resguardar de possível inexecução contratual, caso haja a previsão de taxa de administração negativa por parte de alguma empresa participante;

16.5. Reserva-se a administração acompanhar, *pari passu*, a execução dos contratos administrativos que prevejam taxas de administração negativas, a fim de averiguar a ocorrência de superfaturamento da empresa, bem como se os preços praticados estão de acordo com o valor de mercado, sob pena de responsabilização solidária pelos prejuízos decorrentes da execução contratual;

16.6. Reserva-se a administração acautelar-se de diligências necessárias à verificação de eventual repasse dos custos, pela empresa contratada, à rede credenciada, mediante aplicação de taxas secundárias;

16.7. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Câmara, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que este órgão venha a sofrer.

16.8. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

16.9. A Adjudicação deverá ser para a empresa que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);

16.10. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico administrativo@camaradenovauniao.ro.gov.br e diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

17. ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A- Obrigações das Partes.

Anexo B- Rede Credenciada Abrangência E Quantitativos Mínimos

Anexo C- Relação e dados dos veículos.

Nova União/RO, 4 de fevereiro de 2026

Elaborado por:

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo

Revisado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTÓDIO

Chefe da Seção De Compras e Almoxarifado

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas acima, autorizo a prosseguimento pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.

MARCOS RAMON RIBEIRO

Vereador Presidente

ANEXO - A

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO

- *(Fornecimento e Serviços) Compete ao CONTRATADO: O Prazo para apresentação da rede credenciada será de no máximo 30 (trinta) dias úteis.*
- *Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas, com o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.*
- *Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;*
- *Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;*
- *Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto; Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;*
- *Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado com prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.*
- *É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;*
- *Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;*

- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;
- Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados(quando for o caso), de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, prazo de validade legal quando houver, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;
- Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CÂMARA ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Câmara Municipal de Nova União;
- Comunicar à Administração da Câmara, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e Os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
- Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e a integral liquidação de indenização, acaso devida a terceiros;
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE: Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- Caberá ao CONTRATADO, ainda:
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
- A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

ANEXO B

REDE CREDENCIADA ABRANGÊNCIA E QUANTITATIVOS MÍNIMOS

A contratada deverá manter rede credenciada de oficinas mecânicas e postos de combustíveis com abrangência nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, garantindo atendimento contínuo à frota da Câmara Municipal de Nova União/RO, devendo disponibilizar, no mínimo:

I Postos de Combustíveis e Oficinas no Estado de Rondônia

Município	Quantidade Mínima de Postos de Combustíveis	Quantidade Mínima de Oficinas
Nova União	01	01
Ouro Preto do Oeste	01	03
Jaru	02	03
Ariquemes	02	03
Porto Velho	02	05
Ji-Paraná	02	03
Cacoal	02	03
Mirante da Serra	01	01
Rolim de Moura	01	03
Vilhena	01	03

II Concessionárias Credenciadas

- a. **01 (uma) concessionária Toyota no Estado de Rondônia;**

III Oficinas e Postos de Combustíveis em Trechos Rodoviários Abrangência interestadual.

- a. **Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BRs 364, BR-174, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;**
b. **Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais dos trechos das BRs 364, MT-235 e MT-249, MT-010, MT-358, MT-343, MT-246, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;**
c. **Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BR-070, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF;**
d. **Rede credenciados oficina e posto principais cidades marginais dos trechos das BRs 364 e 060, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF.**

IV Ampliação da Rede Credenciada

A contratada deverá realizar novos credenciamentos, sem custos adicionais, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Nova União/RO, caso as credenciadas não estejam atendendo plenamente às necessidades de serviços e/ou fornecimento de peças, ou quando houver necessidade de ampliação dos locais de atendimento.

ANEXO C

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	MARCA/MODELO/COR	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ COMBUSTÍVEL
01	HONDA/NXR150 BROS ES/ PRETA	2010/2011	NEC1F38	9*****527582	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA
02	TOYOTA/HILUX CD SRV A4FD/PRETA	2017/2017	NDH2D42	8*****559427	ATIVO/ BOM DIESEL
03	TOYOTA/ETIOS HB X VSC MT/ BRANCA	2018/2019	QTF2G40	9*****122685	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO DO OBJETO: **Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.**

VALOR MÁXIMO DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO: **5,24% (cinco, vinte e quatro por cento).**

Taxa de administração de Serviço de Gerenciamento de Frota informatizado, através de sistema on-line e integrado com tecnologia de cartão magnético.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01	serv/mês	01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota; <ul style="list-style-type: none"> Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), 	R\$	5,24%

			<p>que permitirão um controle eficiente do abastecimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 	
valor total				R \$

Observação: A proposta deve ser preenchida exclusivamente na Plataforma LICITANET. É imprescindível que a proposta não contenha qualquer identificação da empresa proponente, a fim de garantir o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Qualquer identificação poderá resultar na desclassificação da oferta.

ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu,.....,RG nº.....,CPF nº.....,residente no endereço
bairro.....,CEP.....,município de , representante legal do proponente (empresa e CNPJ)
....., na Dispensa de Licitação nº. 001/2025 promovida pela CÂMARA municipal do município de nova União, venho declarar que:

1. Estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
2. Tenho ciência e concordo com os termos deste Aviso de Dispensa de Licitação;
3. Não estou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do município de Nova União;
4. Não possuo no quadro societário servidor público da ativa do Município de Nova União, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)
DECLARAÇÃO ME/EPP/COOPERATIVA

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa:.....,CNPJ....., cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VI
(em papel timbrado da empresa)
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, que
cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Local e data.

(Representante legal

ANEXO VI
(em papel timbrado da empresa)
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)portador(a) da Carteira de Identidade n.º, e do CPF n.º, DECLARA:

1. Concordar, na íntegra, com os termos do aviso de Dispensa eletrônica nº 001/2025- CMNU e com todos os seus anexos.
2. Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Poder Concedente quanto à sua habilitação.
3. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que esta se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Credenciamento.
4. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
5. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos do Credenciamento e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
6. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e no art. 14 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação do Credenciamento e legislação vigente.
7. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.
8. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando esta for solicitada pela Comissão de Credenciamento, no prazo estipulado.
9. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.
11. Que atesta o atendimento à política pública ambiental sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambiental[1]mente adequada.
12. Que para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico: 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO

OBJETO:

Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

PERÍODO DE PROPOSTA :

4 de fevereiro de 2026 às 08:00h. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO - MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

MODO DE DISPUTA: [aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 (Processo Administrativo nº 10/2025)

O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, designado por força das disposições contidas da Portaria nº 07/2023, torna-se público, para conhecimento dos interessados que, a Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, sediada na Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075, centro, NOVA UNIÃO/RO, CEP: 76924-000, por intermédio do Gabinete da Presidência, que se encontra autorizado e aberto, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, lei Federal n. 13.709/2018, Instrução Normativa (IN) 67/202, Decreto municipal 1815/2017 e Decreto Legislativo 050/2023, e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 18 de fevereiro de **2026 às 09:00 h. (horário de Brasília)**

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário da Fase de Lances: 9h

1. OBJETO DA CONTRAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Frota**, por meio de **cartão magnético, chip e/ou tecnologia contactless**, abrangendo o **fornecimento de combustíveis, a manutenção preventiva e corretiva**, bem como o **gerenciamento de peças, acessórios, componentes e serviços automotivos**, para atendimento das necessidades da frota oficial da Câmara Municipal de Nova União/RO, para o exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de rede credenciada composta

por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos, incluindo, entre outros: mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios, além de serviços de socorro mecânico e remoção de veículos por guinchamento ou rebocamento.

1.3. A licitação será **lote único**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação, entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01		01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">• O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota.◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento.◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo:<ul style="list-style-type: none">▪ Gasolina comum▪ Gasolina aditivada▪ Etanol▪ Diesel• A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota.◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota.◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos.◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível.	R\$	5,24%
Valor Total				R\$	

1.4. Em caso de divergência entre a descrição/especificação do item/documentação e a identificação constante no www.licitanet.com.br, deverá ser considerada a descrição/especificação do item/documentação que consta neste **AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA** e seus anexos, em especial, as contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos, especialmente quanto às especificações técnicas e operacionais do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem à todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

2.1.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará nosumário **IMPEDIMENTO** da proponente, no referido certame;

2.1.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5. No presente certame, os itens serão de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, para qualquer empresa sendo, porém, garantidas as prerrogativas de **preferência** das MEs, EPPs e MEIs previstas nas Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e Decreto Municipal 1815/2017.

2.5.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014).

2.6. PREVISÃO DE PRIORIDADE para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) Conforme § 3º do Art. 48, alterado pela Lei Complementar 147/14, combinado com Decreto Municipal nº 1815 de 30 de outubro de 2017, fica estabelecido a preferência para contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou ainda Microempreendedor Individual sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido; O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas no âmbito das compras públicas municipais, tal favorecimento abrange os municípios de Nova União, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste. Tais municípios estão no limite geográfico regional previstos pelo IBGE, sendo que os benefícios através do decreto que regulamenta será o **favorecimento local e regional até o limite de 10% do melhor preço válido, observando o seguinte: A prioridade será para as ME / EPP e Equiparadas sediadas no município de Nova União**, e, não tendo micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de até 10% previsto, a prioridade será dada para as micro empresas e empresas de pequeno porte e equiparadas regionais, e não tendo licitantes participantes no âmbito regional ficarão as demais empresas em iguais condições de participação na disputa, sem o favorecimento acima previsto;

2.7. Não poderão disputar desta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.26** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.2 e 2.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.11. O disposto nos **itens 2.7.2 e 2.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

2.13. A vedação de que trata o **item 2.7.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.14. Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO**, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do **Sistema Eletrônico**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**;

2.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e [Lei Federal nº 14.133/21](#);

2.16. Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.17. A participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma do **PREGÃO ELETRÔNICO**, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no parágrafo 1º do art. 175 da Lei 14.133/21.

2.18. Independente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.19. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Câmara Municipal de Nova União/RO, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.20. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.21. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no Site: <https://licitanet.com.br/>;

2.22. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.23. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Câmara municipal de Nova União/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.24. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

2.25. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalva: é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da [Lei 14.133/21](#).

2.26. Pessoa Física e Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas **inidôneas** ou punidas com **suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta**, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão Eletrônico, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

2.27. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante;

2.28. Os documentos necessários à participação na presente licitação compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.29. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

2.30. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.31. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.32. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.33. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.34. Licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela [Lei Complementar nº 123/2006](#), deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo a **taxa de administração**, expressa em percentual, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública;

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item [7.8.1](#) deste Edital;

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7. A falsidade da declaração de que trata os [itens 3.4 ou 3.6](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno;

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar percentual da Taxa de Administração ofertada para o item único do certame.

4.1.1. Valor Percentual do **[ITEM]**;

4.1.2. Marca **(SE FOR O CASO)**;

4.1.3. Fabricante **(SE FOR O CASO)**;

4.1.4. **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.5. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo **previsto para a contratação**;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

4.8. A proposta é preenchida na Plataforma LICITANET, portanto, **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

4.9. Em caso de identificação da licitante na **proposta preenchida diretamente no sistema LICITANET**, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro;

4.10. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;**

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência**;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

5.6. O lance deverá ser ofertado em **percentual de taxa de administração**, não superior ao limite máximo estimado no Termo de Referência.

- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser; **O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.**
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Para este procedimento, será adotado o modo de disputa **aberto**, com critério de julgamento sobre o **MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**, em que os licitantes apresentarão lances públicos;
- 5.11.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.11.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.11.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.11.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos **lances intermediários** quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,01%**.
- 5.12. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.13. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.15. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.15.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.815/2017;
- 5.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- 5.18. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 5.18.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, par o mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 5.18.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (**não seguidas de lances**), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas apresentadas;
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
- 5.20.4. O pregoeiro **PODERÁ** solicitar ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 2.7.** do edital, especialmente quanto à existência de **sanção** que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#);
- 6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove:
- 6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;
- 6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;
- 6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;
- 6.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I Documentação Exigida para Habilitação**, e serão solicitados ao licitante mais bem classificado após a fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- 7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 7.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas b, c e d acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por **[formato digital via sistema]**.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));
- 7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir;
- 7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:
- 7.7.1. A critério do pregoeiro poderão ser exigidos documentos complementares para fins de habilitação, devendo ser enviados por meio do sistema, em formato digital, contendo a solicitação do pregoeiro;
- 7.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;
- 7.7.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.7.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1**;

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 1.815/2017](#)).

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

7.14. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

7.14.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

7.14.2. Se a licitante for a matriz, todos documentos deverão estar em nome da matriz e;

7.14.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

7.14.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

7.15. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15.2. DECLARAÇÕES:

- a. Declaração Conjunta, conforme modelo **ANEXO IV**;
- b. Declaração de MPE, conforme modelo **ANEXO V**; caso seja micro empresa - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP.
- c. Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **ANEXO VI**;
- d. Declaração de Cumprimento ao Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021, conforme modelo **ANEXO VII**.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico](#).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5.** Fraudar a licitação;
- 9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** Advertência;
- 9.2.2.** Multa;
- 9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e;
- 9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado pelo sistema LICITANET no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Portal Licitanet: www.licitanet.com.br/ e pelo e-mail: diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br.
- 10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 11. DO PRAZO DE ENTREGA**
- 11.1.** O prazo de entrega está descrito no item 6 do **ANEXO I Termo de Referência**.
- 12. DO PAGAMENTO**
- 12.1.** Os critérios para realização do pagamento estão descritos no item 8 do **ANEXO I Termo de Referência**.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATO

13.1. Os procedimentos de fiscalização e gestão do contrato estão definidos nos itens 6 e 7 do **ANEXO I Termo de Referência**.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia/>, e www.licitanet.com.br.

14.11. Para acessar o Edital no portal da Câmara, acesse o link descrito acima, clique na aba Leis, Atos e Publicações e após na sub-aba editais.

14.12. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

14.12.1. ANEXO I - Documentação Exigida para Habilitação

14.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;

14.12.3. ANEXO III - Modelo Proposta de Preços;

14.12.4. ANEXO IV - Declaração Conjunta;

14.12.5. ANEXO V - Declaração de MPE;

14.12.6. ANEXO VI - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

14.12.7. ANEXO VII - Minuta do contrato;

Nova União/RO, 4 de fevereiro de 2026.

BRUNO ARAUJO LENK
Agente de Contratação

Elaborado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTODIO
Chefe de Seção de Compras, Patrimônio e Almoxarifado

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA
Agente Administrativo

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos subitens a seguir, para fins de habilitação:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Documentos de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

b) DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Os participantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa são condizentes com as especificações do objeto, consultando a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br>. Ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social. Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;

- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g. **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo **ANEXO VII**.

2.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);
- c. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação conforme Art. 69. § 4º, [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a. Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.
- b. Alvará de Localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da Licitante;

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência atende ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Legislativo nº 50/2023, estabelecendo as diretrizes da futura contratação.

1.2. Destina-se à contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas, Conforme especificações e quantidades contidas neste Termo e anexos.

1.3. A contratação visa o gerenciamento das despesas com abastecimento e manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota da Câmara Municipal de Nova União, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.4. Da Justificativa.

1.4.1. Condições dos Veículos Institucionais; Os veículos institucionais da Câmara Municipal devem estar sempre em plenas condições de funcionamento e conservação, prontos para atender às necessidades administrativas e legislativas. Esses veículos são essenciais para o acompanhamento de obras públicas, fiscalizações e visitas a instalações municipais. A manutenção regular é crucial não apenas para garantir a eficiência operacional, mas também para proteger o patrimônio público e a segurança dos usuários.

1.4.2. Contratação Indireta; A utilização de veículos por meio de contratação indireta permite a escolha de empresas especializadas, assegurando a pronta execução das atividades. Essa abordagem evita atrasos e estresse para os usuários, contribuindo para o cumprimento de agendas previamente definidas.

1.4.3. Manutenção e Abastecimento; As demandas por manutenção e abastecimento dos veículos oficiais são atendidas através de contratos indiretos. A busca por novos contratos visa não apenas manter a qualidade dos serviços, mas também implementar tecnologia, como cartões magnéticos, que automatiza o registro de manutenções e abastecimentos. Isso aumenta a eficiência e a confiabilidade do sistema, garantindo que apenas veículos cadastrados recebam manutenção.

1.4.4. Importância dos Veículos; Os veículos são ferramentas fundamentais para o desempenho das funções legislativas e administrativas da Câmara de Vereadores de Nova União. Manutenções adequadas garantem a disponibilidade necessária para que vereadores e servidores realizem suas atividades com segurança e agilidade.

1.4.5. Automação e Melhoria de Processos; A proposta inclui a adoção de um sistema de software especializado para gerenciar a frota, permitindo o acompanhamento de manutenção, abastecimento, quilometragem e histórico de reparos. As vantagens incluem:

- Extensão do horário de manutenção: Rede credenciada disponível em horários variados.
- Flexibilidade de acesso: Possibilidade de serviços em diversas localidades.

- Simplificação de procedimentos: Agilidade nas rotinas de controle e tomada de decisão.
- Precisão nos relatórios: Controle de custos e segurança com relatórios detalhados.
- Modernização dos controles: Redução do tempo de análise e compilação de dados.

1.4.6. Gerenciamento Eletrônico; A contratação de uma empresa para o gerenciamento eletrônico de peças, serviços e abastecimento, utilizando cartões magnéticos, visa otimizar a gestão logística. Essa tecnologia permite o monitoramento em tempo real de custos, eliminando fraudes e garantindo maior precisão na gestão.

1.4.7. Redução de Custos e Eficiência; A adoção desse sistema contribuirá para a redução de custos operacionais, aumentando a agilidade nos processos e eliminando a necessidade de documentos físicos. Isso garantirá a continuidade operacional da frota e a qualidade dos serviços prestados, assegurando o cumprimento das normas e o uso eficaz dos recursos durante o exercício de 2026 no Poder Legislativo de Nova União.

1.5. Benefícios da Contratação.

1.5.1 Maior controle nos custos, quilometragem, litragem, identificação (matrícula, nome, data, hora, cidade, valores, consumo, saldo remanescente,) ocasional do condutor, do veículo e do estabelecimento credenciado do fornecedor, e consequente segurança na administração de despesas;

1.5.2 Amplo Gerenciamento via internet com acesso restrito e emissão de relatórios únicos e particularizados completos de manutenção/consumo de combustível, médio e periódico, parciais ou completos da frota de veículos;

1.5.3 Atribuição mensal com recarga de crédito dos cartões personalizados (com identificação) conforme alinhamento com a Câmara Municipal de Vereadores de Nova União;

1.5.4 Permite a pesquisa de preços, e a busca pela melhor oferta, em função da variedade de empresas (oficinas e postos de combustível credenciados). O que reduz a redundância em maior economia, considerando que os preços praticados são os mesmos que da negociação de à vista;

1.5.5 Permite completa movimentação dos cartões via internet:

- Inclusão
- Bloqueio
- Consulta de Extratos;
- Cancelamento;
- e Substituição por por extravio.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

2.1. O presente Termo tem por objeto a Contratação de Empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação de forma contínua de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva, corretiva e para abastecimento de veículos, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, conforme especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais/genuínos recomendados pelo fabricante de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos, bem como mão de obra mecânica, abrangendo Mecânica em Geral, Revisão Elétrica e Eletrônica, Arrefecimento, Refrigeração, Lanternagem, Funilaria, Borracharia, Vidraçaria, Capotaria, Tapeçaria, Pintura, Pneumático, Acessórios, Equipamentos Obrigatórios, Lubrificação, Alinhamento, Balanceamento, cambagem, e outros materiais/serviços para o seu perfeito funcionamento, além de reboques dos veículos por empresas de transporte em suspensão por guinchamento/ Rebocamento e socorro mecânico.

2.3. Especificação do Objeto;

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. ◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento. ◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 	SERV/ MÊS	01

2.4. Estimativa de Preço;

Os valores foram estimados com base no estudo de progressão de aumento anual, bem como considerou-se o percentual para taxa administrativa a média obtida a partir dados de pesquisa publicada em mídia especializada embasada na Lei 14.133/2021, em especial nos Artigos 23, Inciso III.

DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS	
DESCRIÇÃO	VALORES
Valor estimado para atender as necessidades da Câmara municipal de Nova União/RO, sendo os itens acima detalhados. Pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

- Descrição pormenorizada da utilização dos valores;

Será celebrado contrato pelo valor global estimado de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), acrescido da taxa de administração, a qual poderá ser positiva, zerada ou negativa, conforme proposta vencedora.

O valor global encontra-se subdividido estimativamente da seguinte forma:

- Fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais);
- Prestação de serviços de manutenção em geral, incluindo fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro além de mão de obra mecânica: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Ressalta-se que a referida subdivisão possui caráter meramente estimativo, podendo sofrer alterações conforme a necessidade da Administração, sem que isso caracterize alteração contratual, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, sendo tais ajustes formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

2.5. Da Taxa do Certame;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	TAXA	VALOR + TAXA
01	Taxa de administração da empresa operadora de sistema de cartões para a prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado on-line, integrado e operacionalizado por meio de cartões magnéticos	R\$ 66.500,00	5,24%	R\$ 69.984,60

2.6. Classificação Dos Bens Comuns

2.6.1. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por especificações usuais de mercado. Embora o conceito seja aberto, os bens demandados apresentam padronização objetiva, especificações usuais e ampla disponibilidade no mercado, razão pela qual se enquadram como bens comuns.

Em conformidade com o Decreto Legislativo nº 50/2023, os itens a serem adquiridos deverão possuir qualidade comum, suficiente ao atendimento das finalidades institucionais, sendo vedada a aquisição de bens de luxo. Considera-se bem de luxo aquele cuja qualidade ou preço seja superior ao necessário, salvo se adquirido por preço equivalente ou inferior ao de bem comum similar, ou quando características superiores forem justificadas pela atividade do órgão.

2.7. Descrição Detalhada do Objeto.

2.7.1. Objeto características gerais.

2.7.2. A prestação de serviços continuados envolve a disponibilização de abastecimento de combustíveis e peças e serviços para os veículos oficiais, acompanhada de uma administração abrangente que inclui: gerenciamento, fiscalização financeira e operacional, além de controle informatizado por meio de uma plataforma web. Este sistema será desenvolvido como um conjunto integrado de programas, executados em um servidor HTTP (Web Host), permitindo fácil atualização e manutenção, com o código-fonte centralizado para acesso por diferentes usuários, incluindo a CONTRATADA e as empresas credenciadas. Isso garantirá que as atualizações sejam realizadas em tempo real, favorecendo a sinergia entre os usuários. O sistema contará ainda com um aplicativo disponível para instalação em dispositivos móveis (Android e iOS), proporcionando acesso à rede credenciada de empresas que oferecem serviços de manutenção e abastecimento de combustíveis. Todos os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, assegurando a continuidade e eficiência na manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Através deste sistema, a CONTRATADA garantirá um controle eficaz e integrado, promovendo a transparência e a qualidade dos serviços prestados.

2.7.3. Fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos (opcional com chip) em rede de empresas (oficinas e postos de combustível e de lavagens e afins credenciados), compreendendo a administração e gerenciamento tecnológico e personalizado com cadastramento de veículos, gestores, fiscais e usuários regulares ou eventuais apontados utilizando a tecnologia que melhor controle com segurança à contratação, a fim de atender os veículos oficiais pertencentes a Câmara Municipal, localizados no Estado de Rondônia e eventualmente em outros Estados da Federação.

2.7.4. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.5. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.6. Comprovadamente a rede credenciada de empresas deve conter, dentre a quantidade indicada de estabelecimentos credenciados.

2.7.7. Prestadores de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos (oficinas automotivas).

- Revendedores de autopeças.
- Revendedores de combustíveis e derivados (postos de combustível), de no mínimo 03 (três) bandeiras diferentes (exceto quando a municipalidade não oferecer tal condição).

2.7.8. A CONTRATADA deverá emitir os cartões de gerenciamento em no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato. Neste período, deve encontrar-se apta a viabilizar o atendimento das demandas urgentes do contratante através dos procedimentos contingenciais descritos.

2.7.9. Suporte Técnico Permanente: Que possibilite o restabelecimento, correções e alterações do sistema em prazo hábil, garantindo inclusive o cadastramento inicial e/ou migração dos dados do Sistema anterior, bem como o esclarecimento de dúvidas durante a operação do sistema por parte da CONTRATANTE ou da Rede Credenciada, através de técnicos capacitados.

2.8.0. Características Específicas.

2.8.1. Dos veículos.

2.8.2. Para fins desta licitação consideram-se como integrantes do acervo patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Nova União, a frota veicular própria aqui apontados, devem ser contemplados pelo objeto de contratação.

2.8.3. Os veículos da frota, inicialmente, abrangidos por esta contratação são os listados no ANEXO C deste Termo de Referência.

2.8.4. Ao CONTRATANTE fica facultado no curso da vigência da contratação a alteração dos veículos por motivo de aquisição e/ou desfazimento.

2.9. Serviço de abastecimento.

2.9.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, momentânea falta de acesso ao sistema, fase de transição/renovação de contrato de credenciamento, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente.

2.9.2. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone (0800) ou similar, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE.

2.9.3. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha do sistema e as

despesas efetivadas serão suportadas pela empresa CONTRATADA.

2.9.4. Uma vez constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a CONTRATADA ficará passível de notificação.

2.9.5. Haverá uma atribuição de cota/valor mensal para cada veículo/gerador, adotando para destinação a placa real (dos veículos).

2.9.6. Os veículos deverão ser abastecidos quando necessário, sem uma frequência definida, uma vez que o consumo de combustível está condicionado à utilização do veículo.

2.9.7. Para cada abastecimento, o limite do volume de combustível a ser abastecido será o da capacidade do tanque, não sendo permitida a utilização de recipientes de armazenagem.

2.9.8. Os créditos dos cartões de cada veículo serão definidos de acordo com a conveniência da Administração.

2.9.9. A CONTRATADA deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos, componentes da frota da contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais.

2.9.10. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível em tempo real, via WEB, ou no máximo a partir da 00:00 (zero) hora imediatamente subsequente ao pedido de realocação.

2.9.11. A cada período decorridos de 30 (trinta) dias os créditos deverão ser renovados com o limite máximo já inicialmente destinado a cada unidade placa, que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor do contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.9.12. A CONTRATADA deverá fornecer cartão magnético eletrônico individual e intransferível para cada veículo descrito no ANEXO C deste Termo de Referência, devendo adotar a numeração da placa como identificação inicial. Deverá imprimir em cada cartão a identificação da CONTRATANTE, o modelo e a placa do veículo.

2.9.13. A CONTRATADA deverá substituir em no máximo 15 (quinze) dias úteis, os cartões magnéticos que:

- a. Tenham perdido a validade;
- b. Apresentarem defeito que impeça a sua utilização; e
- c. Tenham sido extraviados.

2.9.14. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.

2.9.15. O bloqueio do uso do abastecimento de veículo e o cancelamento será imediato para os casos de perda ou extravio de cartão.

2.9.16. Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso. O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações pró-ativas por parte da CONTRATANTE. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor.

- Identificação do posto de combustível/oficina (Nome e Endereço).
- Identificação do veículo (placa).
- Saldo remanescente do limite de crédito destinado ao veículo.
- Odômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço.
- Tipo de Combustível (para o serviço de abastecimento).
- A data e hora da Transação (abastecimento).
- Quantidade de litros de combustível.
- Preço do material (combustível, óleo, filtro).
- Preço do serviço (lubrificação, manutenção, etc).
- Valor cobrado.

2.9.17. Controle e gestão de consumo de combustível a cargo do fiscal do contrato, sendo que a CONTRATADA deverá manter uma rede credenciada dentro dos parâmetros estabelecidos.

2.9.18. Nas localidades não abrangidas pelo valor médio de referência será a localidade mais próxima consultada e constante da tabela.

2.9.19. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;

2.9.20. As situações não solucionadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas serão objeto de glosa no pagamento.

2.9.21. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo ANP, conforme legislação em vigor.

2.10. Os serviços de manutenção.

2.10.1. Manutenção preventiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras, concessionárias de automóveis ou nos postos de abastecimento (de acordo com o serviço), obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo, inclusive com atenção às recomendações para evitar a perda da garantia, quando for o caso. São exemplos de manutenção preventiva.

- Serviços de troca e remendo de pneus.
- Alinhamento e balanceamento de rodas.
- Serviços de cambagem, câster e convergência.
- Serviços de desempenho de rodas.
- Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento.
- Lubrificação de veículos.
- Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador, dentada, etc.
- Substituição de itens do motor.
- Limpeza de motor e bicos injetores.
- Regulagens de bombas e bicos injetores.
- Mecânica geral
- Mecânica de transmissão
- Mecânica de suspensão
- Revisão/ substituição dos componentes de freio
- Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

2.10.2. A manutenção preventiva também se refere à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/condutor, levando-se em conta a quilometragem de 1.000; 5.000; 10.000, etc., prevenindo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis autorizadas, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações do contratante, a fim de manter a garantia do fabricante.

2.10.3. Manutenção corretiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

2.11. Da Identificação dos Condutores, dos Cartões Magnéticos Vinculados Ou Não.

2.11.1. O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, contendo os seguintes dados: placa, marca, tipo, chassi, combustível, ano de fabricação, lotação (Unidade), capacidade do tanque, odômetro, nome, registro funcional e

unidade dos condutores.

2.11.2. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos e oficinas credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

2.11.3. A identificação do condutor autorizado pela Administração será validada, pela CONTRATADA, através de senha própria, não podendo haver utilização de senha de outro condutor, mesmo que esteja conduzindo carros da frota da CONTRATADA.

2.11.4. O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da CONTRATANTE.

2.11.5. Os cartões (vinculados ou não) não poderão ser cobrados em separado, pois os seus custos estarão inclusos no valor do serviço de gerenciamento da frota. A exceção, ou não, fica facultado à CONTRATADA, será para os cartões roubados ou extraviados, que serão custeados pelo CONTRATANTE.

2.11.6. A empresa vencedora deverá fornecer 02 (dois) cartões adicionais reserva para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, de outras unidades em trânsito, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento da frota.

2.11.7. A critério da Unidade Administrativa e de acordo com a necessidade poderá ser solicitado à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

2.11.8. Durante a execução do contrato, o CONTRATANTE poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência. Caso haja diminuição no número de carros da frota haverá devolução de cartões magnéticos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a descrição do Documento de Formalização de Demanda (DFD) (ID 319708), a contratação objetiva aquisições de combustível para os veículos do Poder Legislativo de Nova União/RO, além de manutenção preventiva e corretiva.

3.2. A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico por meio de cartão magnético de peças, serviços e abastecimento de frota para o exercício de 2026 é essencial para otimizar a administração e operação da frota de veículos do Poder Legislativo. O sistema de gestão eletrônica proporcionado pelo uso do cartão magnético facilita o controle, a transparência e a eficiência nas operações relacionadas à manutenção e abastecimento dos veículos, além de simplificar o processo de aquisição de peças e serviços necessários para a manutenção da frota.

3.3. A utilização do cartão magnético permite que as despesas com abastecimento, peças e serviços de manutenção sejam registradas de maneira centralizada e em tempo real, garantindo maior controle orçamentário e a prevenção de fraudes ou desvios. Com a implementação de um sistema eletrônico, será possível monitorar os custos de forma mais eficaz, facilitando a tomada de decisões rápidas e assertivas quanto à gestão da frota.

3.4. A entidade dispõe de 3 veículos, os quais são utilizados pelos vereadores na fiscalização dos atos do Poder Executivo, assim como pelos servidores em deslocamentos para cursos de capacitação e outras atividades relacionadas às suas funções, sendo: 01 (uma) Honda/Motocicleta NXR Bros 150 Flex; 01 (uma) Caminhonete hilux, Cabine Dupla; e 01 (um) Toyota/Etios Hatch 1.3, Flex, ANEXO C.

3.5. Diante do exposto, a contratação de empresa em questão se torna imprescindível, para garantir a continuidade das atividades do Poder Legislativo em 2026, promovendo a segurança, eficiência e transparência na gestão da frota, além de proporcionar maior controle financeiro sobre os gastos com a manutenção e abastecimento dos veículos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. A empresa interessada deverá atender aos requisitos legais, fiscais e trabalhistas previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. A contratada deverá:

- a. Atender às demandas da Contratante nos prazos estabelecidos e aceitar o controle de qualidade, quando solicitado;
- b. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado, composta por oficinas mecânicas, concessionárias, autopeças, borracharias, serviços de guincho e postos de combustíveis, promovendo novos credenciamentos quando solicitado pela Contratante;
- c. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo fornecimento de peças, acessórios e serviços automotivos em geral;
- d. Disponibilizar serviço de reboque/guincho 24 horas em caso de pane ou acidente;
- e. Apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no mínimo 01 (um) estabelecimento credenciado por município indicado pela Contratante. Onde não houver esse quantitativo, deverão ser cadastrados todos os estabelecimentos aptos existentes;
- f. Credenciar novos fornecedores ou prestadores de serviço sempre que solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.1.3. A contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo impostos, fretes, seguros e encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

5.1.4. A contratada deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, treinamento dos servidores designados para uso do sistema de gerenciamento da frota, presencial ou on-line, capacitando-os para operação, consulta e emissão de relatórios.

5.1.5. A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico de gerenciamento da frota em ambiente web, que permita, no mínimo:

- a. Abertura e acompanhamento de ordens de serviço on-line;
- b. Recebimento e aprovação de orçamentos;
- c. Cotação de preços junto à rede credenciada;
- d. Controle dos serviços executados;
- e. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais;
- f. Registro do histórico completo de manutenção de cada veículo;
- g. Emissão de notas fiscais com discriminação de peças, serviços e taxa de administração.

5.1.6. O sistema deverá permitir acesso da Contratante a todos os dados durante a vigência contratual e fornecer o histórico completo ao término do contrato.

5.1.7. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial por telefone ou chat.

5.1.8. Os prazos para execução dos serviços de manutenção e reparos serão definidos de comum acordo entre as partes.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO;

- a. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO;

- a. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DA SUSTENTABILIDADE;

- a. Nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar critérios de sustentabilidade ambiental.
- b. Na presente contratação, não se identificam riscos ambientais relevantes decorrentes da execução do objeto. Assim, considerando a necessidade de adoção de critérios objetivos e passíveis de comprovação, será exigido dos licitantes que as faturas, relatórios e demais comunicações formais sejam preferencialmente realizados em meio eletrônico, de modo a reduzir o consumo de papel.

- c. A contratação observará as normas de proteção ao meio ambiente e as práticas de sustentabilidade aplicáveis, assegurando o atendimento das necessidades do órgão com adequado custo-benefício e sem impactos ambientais significativos.
- d. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo cumprimento da legislação ambiental vigente, devendo;
 - a. Adotar medidas necessárias para evitar danos ou degradação ambiental na execução dos serviços;
 - b. Assumir a responsabilidade pela correção de eventual dano ambiental que venha a ocorrer em decorrência da execução contratual;
 - c. Cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e do Decreto Estadual nº 21.264/2016.
- e. Quando aplicável, poderão ser exigidos critérios adicionais de sustentabilidade, tais como:
 - I. utilização de embalagens com menor volume possível e preferencialmente recicláveis;
 - II. fornecimento de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO;

6.1. DA EXECUÇÃO

- a. Fica estabelecido locais mínimos, de Prestação dos Serviços e quantidade mínima de credenciados (conforme o Anexo B).
- b. A Contratada será responsável pela execução integral do objeto, utilizando recursos tecnológicos e equipe técnica especializada, garantindo padrões adequados de organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- c. A implantação do sistema de gerenciamento da frota deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço pela Contratante, incluindo a liberação de acesso ao sistema web aos servidores autorizados.
- d. As operações serão realizadas em ambiente web, com acesso mediante login e senha, permitindo interação direta entre a Contratante e o sistema da Contratada.
- e. Contratada disponibilizará sistema informatizado de gestão de frota capaz de atender todas as demandas da Contratante, com controle dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, e geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros.
- f. A Contratada deverá:
 - a. Cadastrar todos os veículos da frota da Contratante no sistema;
 - b. Registrar histórico de manutenção, quilometragem, custos e serviços realizados;
 - c. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado;
 - d. Permitir abertura, análise e aprovação de ordens de serviço on-line;
 - e. Disponibilizar suporte técnico em horário comercial, com prazo máximo de resposta de 4 (quatro) horas úteis.
 - f. Disponibilizará a CONTRATANTE, cartões coringa para serem disponibilizados aos usuários, em caráter emergencial, até o recebimento do cartão nominal.
- g. A Contratante designará servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, aos quais serão fornecidos acessos ao sistema em níveis distintos.
- h. Os serviços de manutenção e fornecimento de peças somente poderão ser executados após aprovação eletrônica do orçamento pelo fiscal do contrato.
- i. A rede credenciada deverá fornecer comprovante dos serviços realizados, contendo descrição, valores, garantias e identificação do estabelecimento.
- j. As oficinas credenciadas deverão realizar check-list no recebimento e na entrega dos veículos, bem como devolver as peças substituídas e certificados de garantia.
- k. Garantias mínimas:
 - a. Peças substituídas: 06 (seis) meses;
 - b. Serviços sem fornecimento de peças: 03 (três) meses;
 - c. Serviços de manutenção corretiva: 06 (seis) meses, exceto alinhamento e balanceamento (30 dias).
- l. Durante o período de garantia, os defeitos deverão ser corrigidos sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- m. Os preços das peças originais deverão ter como referência a tabela oficial das montadoras ou, na ausência, pesquisa de mercado realizada pelo fiscal do contrato.
- n. A Contratada garantirá que os preços praticados na rede credenciada não excedam os valores de mercado à vista.
- o. O sistema deverá permitir a realização de, no mínimo, 03 (três) cotações entre oficinas credenciadas, selecionando-se a proposta mais vantajosa.
- p. O pagamento aos estabelecimentos credenciados será de responsabilidade exclusiva da Contratada, inexistindo vínculo financeiro entre a Contratante e os prestadores de serviço.
- q. A Contratante poderá solicitar a substituição de prepostos da Contratada que não atendam às exigências contratuais.
- r. Quaisquer entendimentos entre Contratada e fiscais deverão ocorrer por escrito.

6.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA;

- a. A implantação do sistema de gerenciamento, apresentação da relação de rede de postos de abastecimento credenciados, realização de treinamento e entrega dos cartões eletrônicos de abastecimento dos veículos e equipamentos deverão ocorrer num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço, na sede da Câmara Municipal de Nova União/RO - Estado de Rondônia, conforme lei 14133/2021, sendo endereço Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075- Centro - Nova União/RO - CEP: 76.924-000 no horário de expediente 07h as 13h.
- b. O fornecimento do combustível será realizado pelos estabelecimentos credenciados e conveniados em todas Cidades do Estado de Rondônia, nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, por funcionário do posto, diretamente e exclusivamente da bomba de combustível para o tanque dos veículos autorizados (excetuados os equipamentos), por meio de cartão onde constem informações dos veículos e equipamentos;
- c. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:
 - a.
 - Cadastramento da frota de veículos, máquinas e equipamentos;
 - b. Definição da logística da rede de postos integrantes da rede credenciada de abastecimento;
 - c. Cadastro e distribuição das senhas de acesso;
 - d. Treinamento dos condutores e gestores;
 - e. Fornecimento dos cartões para os veículos e equipamento;

6.3. CONDIÇÕES DE ENTREGA;

- 6.3.1. Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão os usualmente ofertados pelos fabricantes/prestadores, sem prejuízo dos prazos mínimos preconizados nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.
- 6.3.2. A Contratada será corresponsável pelos serviços de prestado pelas sua rede credenciadas/ assistência técnica executados pela empresa de Assistência

Técnica, Autorizada do Fabricante para manutenção dos bens.

6.3.3. A prestação de serviço poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando executado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo da prestação de serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4. FISCALIZAÇÃO;

6.4.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) Fiscal(is) de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

6.4.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

6.4.3. O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.4.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

6.4.5. A fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA;

6.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.5.2. A contratada deverá garantir que sua rede credenciada mantenha a qualidade dos produtos ofertados, bem como arcar com os prejuízos à Câmara municipal de Nova União, decorrentes de sua má qualidade.

6.5.3. O prazo de validade/garantia dos materiais, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, e/ou outra devidamente comprovada pelo fabricante.

6.5.4. a intermediação, objeto desta aquisição, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, ou apresentados com danos/defeitos. Deverá ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, nos termos da Lei Federal N.º 14.133/2021;

- a. O contrato será celebrado para 100% (cem por cento) das quantidades apresentadas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a CONTRATANTE a execução do valor total do mesmo;
- b. O valor da Taxa Administrativa proposta será fixo e irrevogável durante o período da contratação. Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal N.º 14.133/2021;

7.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para fornecer o objeto contratual.

7.2. DA GESTÃO DO CONTRATO;

7.2.1. Será realizado pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) gestor de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, seguindo decreto legislativo nº 50/2023, Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a autoridade observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmicas ou técnicas, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

7.2.2. Ao servidor designado para essa função será responsável pelo;

- a. Planejamento: O gestor é responsável por planejar a execução do contrato, estabelecendo metas, prazos e especificações técnicas necessárias para a realização do objeto contratado.
- b. Acompanhamento da execução: O gestor monitora e supervisiona o andamento do contrato, verificando se as obrigações estão sendo cumpridas de acordo com o estabelecido no contrato.
- c. Controle financeiro: O gestor controla os aspectos financeiros do contrato, como pagamentos, medições, reajustes de preços e eventuais penalidades por descumprimento contratual.
- d. Avaliação de desempenho: O gestor avalia o desempenho do contratado, verificando se este está cumprindo os prazos, padrões de qualidade e demais obrigações previstas no contrato.
- e. Comunicação: O gestor do contrato é responsável por comunicar e solicitar informações aos fiscais de contrato, fornecedores e demais envolvidos no processo, garantindo uma comunicação clara e eficiente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO;

- a. O recebimento provisório ocorrerá após a entrega do objeto, para verificação da conformidade com o edital, Termo de Referência e proposta, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação formal do contratado, realizada por e-mail ou por registro no sistema da gerenciadora, desde que assegurada a identificação do usuário que recebeu a informação, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- b. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- c. Definitivamente: após a verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias a partir do recebimento provisório;
- d. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO;

- a. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, Art. 7º Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- b. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.
- c. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I) Data da emissão;
 - II) Dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
 - III) Período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
 - IV) Valor a pagar; e
 - V) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO;

- a. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, Art. 7º, inciso II, Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- c. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- d. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- e. Retenção de Tributos; Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive as estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, que determina a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) e demais tributos incidentes sobre pagamentos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública.
 - a. Casos de não retenção / isenção / imunidade segundo o art. 4º da IN 1.234/2012, O Art. 4º da IN 1.234/2012 elenca as hipóteses em que não será feita retenção do IR e das contribuições (PIS/Pasep, Cofins, CSLL) nos pagamentos efetuados pela administração pública.
- f. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Nova União/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g. A nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser entregue preferencialmente digital na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

9.1. FORMA DE SELEÇÃO;

- a. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO) já incluído o percentual de Taxa Administrativa ou Desconto ofertado, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- b. A taxa administrativa (ou percentual de desconto) oferecida na proposta vencedora será fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos serviços/bens consumidos.
- c. A taxa total referente aos custos cobrados da REDE CREDENCIADA deve estar dentro do percentual da proposta final cadastrada no certame.
- d. O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.

9.2. DA PREVISÃO DE PRIORIDADE.

- a. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021, Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- b. O Decreto municipal nº 1815, de 30 de outubro de 2017, estabelece medidas para promover o desenvolvimento econômico e social em nível municipal e regional. Ele visa aumentar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme previsto na Lei Complementar Federal 123/2006. O decreto prioriza a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, permitindo uma margem de até 10% do melhor preço para facilitar essas contratações nas compras públicas.

Art. 1º Nas contratações públicas municipais de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II. Ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III. Incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

- I. Âmbito local - os limites geográficos do território do município de Nova União / RO;
- II. Âmbito regional - os limites geográficos dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, previstos na micro região de Ji Paraná do IBGE, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste decreto e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos neste decreto deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10%(dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

- I. A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/RO;
- II. Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas conforme art. 1º, § 1º, II.

9.3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (LEI 14.133/21 ART 33 inciso I)

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

9.3.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a ser cobrada da Administração (Item 1), nos termos do art. 55, inciso II, alínea a, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. Somente o Item 1 taxa de administração a ser cobrada da Administração será objeto de disputa no certame.

9.3.4. Será declarada vencedora a licitante que ofertar a menor taxa de administração para a Administração.

9.3.5. A taxa de administração ofertada à Administração, seja positiva, nula ou negativa, permanecerá fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos bens e serviços efetivamente consumidos. Nos termos do entendimento firmado pelo TCE/RO no APL-TC referente ao Processo nº 01135/22, será admitido o cadastramento de propostas e lances com taxa de administração igual a zero ou negativa.

9.3.6. O percentual ofertado deverá ser apresentado com duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

9.3.7. Na hipótese de apresentação de taxa negativa, a Controladoria poderá proceder com a verificação da exequibilidade da proposta apresentada.

9.3.8. A contratada deverá discriminar em suas faturas mensais o valor base do consumo e o valor correspondente à taxa de administração aplicada, positiva ou negativa.

9.3.9. Exemplos de Composição de Faturamento

a) Proposta com taxa positiva

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 5,24% R\$ 3.484,60

Valor total estimado: R\$ 69.984,60

b) Proposta com taxa zero

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 0,00% R\$ 0,00

Valor total estimado: R\$ 66.500,00

c) Proposta com taxa negativa

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: -2,00% (-) R\$ 1.330,00

Valor total estimado: R\$ 65.170,00

9.6. HABILITAÇÃO (LEI 14.133/21 ART. 62 a 64).

- a. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- b. O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATÓRIA, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.

9.6.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA;

DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

- a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h. Os participantes deverão observar se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social (Receita Federal do Brasil Acórdão nº 09-22634, de 18/02/2009) Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

9.6.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;

- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);
- c. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- d. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I. - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
 - II. - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e
 - III. - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- e. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo pregoeiro, se emitidas nos últimos 90 (noventa) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela internet, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.
- f. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
 - a. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
 - b. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
 - c. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

9.6.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

- a. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (Lei nº 14.133/2021, artigo 67, inciso II, combinado com § 1º do mesmo artigo). A comprovação da experiência anterior do licitante deverá atender ao seguinte:
- b. Os atestados ou declarações de capacidade devem demonstrar capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- c. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.
- d. O pregoeiro diligenciará na forma do art. 64, da Lei 14.133/21 a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo: NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.
- e. O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.
- f. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor da estimado contratação, será de 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Ação Orçamentária: 2026 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA CÂMARA.
- Ficha Orçamentária: 013 - 3.3.90.40- SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
- 001.500: Recursos não Vinculados de Impostos.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

12.1 Conforme ANEXO A deste Termo de Referência.

13. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

13.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

13.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

13.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal.

14.2. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

14.3. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, a contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito.

- b) multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- c) multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;
- e) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.
- 14.4. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 14.5. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.
- 14.6. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.
- 14.7. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS;

- 15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 15.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 15.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar à Administração Geral, para fins de principiar o necessário processo de licitação visando atender demanda quanto a contratação de uma empresa especializada em serviço contínuo de gerenciamento de frotas, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado com disponibilização de Rede Credenciada de postos de Combustíveis para o fornecimento de combustíveis, e oficinas credenciadas para manutenção corretiva e preventiva, junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias, compreendendo os serviços sendo revisão, mecânica em geral, com fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota.
- 16.2. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.
- 16.3. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.
- 16.4. Reserva-se a administração, promover diligências durante a realização do certame, a fim de se resguardar de possível inexecução contratual, caso haja a previsão de taxa de administração negativa por parte de alguma empresa participante;
- 16.5. Reserva-se a administração acompanhar, parí passu, a execução dos contratos administrativos que prevejam taxas de administração negativas, a fim de averiguar a ocorrência de superfaturamento da empresa, bem como se os preços praticados estão de acordo com o valor de mercado, sob pena de responsabilização solidária pelos prejuízos decorrentes da execução contratual;
- 16.6. Reserva-se a administração acautelar-se de diligências necessárias à verificação de eventual repasse dos custos, pela empresa contratada, à rede credenciada, mediante aplicação de taxas secundárias;
- 16.7. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Câmara, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que este órgão venha a sofrer.
- 16.8. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 16.9. A Adjudicação deverá ser para a empresas que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);
- 16.10. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico administrativo@camaradenovauniao.ro.gov.br e diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

17. ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A- Obrigações das Partes.

Anexo B- Rede Credenciada Abrangência E Quantitativos Mínimos

Anexo C- Relação e dados dos veículos.

Nova União/RO, 21 de Janeiro de 2026

Elaborado por:

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas acima, autorizo a prosseguimento pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.

MARCOS RAMON RIBEIRO
Vereador Presidente

ANEXO - A

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO

- *(Fornecimento e Serviços) Compete ao CONTRATADO: O Prazo para apresentação da rede credenciada será de no máximo 30 (trinta) dias úteis.*
- *Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas, com o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.*
- *Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;*
- *Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;*
- *Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto; Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;*
- *Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado com prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.*
- *É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;*
- *Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;*
- *Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;*
- *Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;*
- *Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados (quando for o caso), de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, prazo de validade legal quando houver, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;*
- *Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;*
- *Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;*
- *Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;*
- *Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;*
- *Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CÂMARA ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Câmara Municipal de Nova União;*
- *Comunicar à Administração da Câmara, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;*
- *Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;*
- *Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;*
- *O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;*
- *Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e Os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;*
Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
- *Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;*
- *Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e a integral liquidação de indenização, acaso devida a terceiros;*
- *O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;*
- *Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*
- *Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.*

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- *São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE: Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;*
- *Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;*
- *Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;*
- *Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;*
- *Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;*
- *Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;*
- *Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;*

- *Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;*
- *Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;*
- *Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;*
- *Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.*

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- *Caberá ao CONTRATADO, ainda:*
- *Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;*
- *Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;*
- *Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.*
- *A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.*

ANEXO B

REDE CREDENCIADA ABRANGÊNCIA E QUANTITATIVOS MÍNIMOS

A contratada deverá manter rede credenciada de oficinas mecânicas e postos de combustíveis com abrangência nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, garantindo atendimento contínuo à frota da Câmara Municipal de Nova União/RO, devendo disponibilizar, no mínimo:

I Postos de Combustíveis e Oficinas no Estado de Rondônia

Município	Quantidade Mínima de Postos de Combustíveis	Quantidade Mínima de Oficinas
Nova União	01	01
Ouro Preto do Oeste	01	03
Jaru	02	03
Ariquemes	02	03
Porto Velho	02	05
Ji-Paraná	02	03
Cacoal	02	03
Mirante da Serra	01	01
Rolim de Moura	01	03
Vilhena	01	03

II Concessionárias Credenciadas

- a. *01 (uma) concessionária Toyota no Estado de Rondônia;*

III Oficinas e Postos de Combustíveis em Trechos Rodoviários Abrangência interestadual.

- a. *Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BRs 364, BR-174, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;*
b. *Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais dos trechos das BRs 364, MT-235 e MT-249, MT-010, MT-358, MT-343, MT-246, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;*
c. *Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BR-070, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF;*
d. *Rede credenciados oficina e posto principais cidades marginais dos trechos das BRs 364 e 060, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF.*

IV Ampliação da Rede Credenciada

A contratada deverá realizar novos credenciamentos, sem custos adicionais, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Nova União/RO, caso as credenciadas não estejam atendendo plenamente às necessidades de serviços e/ou fornecimento de peças, ou quando houver necessidade de ampliação dos locais de atendimento.

ANEXO C

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	MARCA/MODELO/COR	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ COMBUSTÍVEL
01	HONDA/NXR150 BROS ES/ PRETA	2010/2011	NEC1F38	9*****527582	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA
02	TOYOTA/HILUX CD SRV A4FD/PRETA	2017/2017	NDH2D42	8*****559427	ATIVO/ BOM DIESEL
03	TOYOTA/ETIOS HB X VSC MT/ BRANCA	2018/2019	QTF2G40	9*****122685	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.

VALOR MÁXIMO DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO: 5,24% (cinco, vinte e quatro por cento).

Taxa de administração de Serviço de Gerenciamento de Frota informatizado, através de sistema on-line e integrado com tecnologia de cartão magnético.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01	serv/mês	01	<p>ontratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">• O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota.◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento.◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo:<ul style="list-style-type: none">▪ Gasolina comum▪ Gasolina aditivada▪ Etanol▪ Diesel• A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota.◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota.◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos.◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível.	R\$	5,24%
valor total				R \$	

Observação: A proposta deve ser preenchida exclusivamente na Plataforma LICITANET. É imprescindível que a proposta não contenha qualquer identificação da empresa proponente, a fim de garantir o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Qualquer identificação poderá resultar na desclassificação da oferta.

ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu,.....,RG nº.....,CPF nº.....,residente no endereço
bairro.....,CEP.....,município de , representante legal do proponente (empresa e CNPJ)
....., na Dispensa de Licitação nº. 001/2025 promovida pela CÂMARA municipal do município de nova União, venho declarar que:

1. Estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
2. Tenho ciência e concordo com os termos deste Aviso de Dispensa de Licitação;
3. Não estou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do município de Nova União;
4. Não possuo no quadro societário servidor público da ativa do Município de Nova União, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE) DECLARAÇÃO ME/EPP/COOPERATIVA

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa:....., CNPJ....., cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VI (em papel timbrado da empresa) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Local e data.

(Representante legal)

ANEXO VI (em papel timbrado da empresa) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)portador(a) da Carteira de Identidade n.º, e do CPF n.º, DECLARA:

1. Concordar, na íntegra, com os termos do aviso de Dispensa eletrônica nº 001/2025- CMNU e com todos os seus anexos.
2. Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Poder Concedente quanto à sua habilitação.
3. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que esta se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Credenciamento.
4. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
5. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos do Credenciamento e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
6. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e no art. 14 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação do Credenciamento e legislação vigente.
7. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.
8. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando esta for solicitada pela Comissão de Credenciamento, no prazo estipulado.
9. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.
11. Que atesta o atendimento à política pública ambiental sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambiental[1]mente adequada.
12. Que para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico: 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO

OBJETO:

Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R\$ R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

PERÍODO DE PROPOSTA :

04 de fevereiro 2026 às 08h. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO - MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

MODO DE DISPUTA: [aberto]
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)
EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO/RO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025
(Processo Administrativo nº 10/2025)

O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, designado por força das disposições contidas da Portaria nº 07/2023, torna-se público, para conhecimento dos interessados que, a Câmara Municipal de NOVA UNIÃO/RO, sediada na Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075, centro, NOVA UNIÃO/RO, CEP: 76924-000, por intermédio do Gabinete da Presidência, que se encontra autorizado e aberto, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, **Lei Complementar 147**, de 07 de agosto de 2014, lei Federal n. 13.709/2018, Instrução Normativa (IN) 67/202, Decreto municipal 1815/2017 e Decreto Legislativo 050/2023,e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 18 de fevereiro de 2026 às 09:00 h. (horário de Brasília)
Link: <https://www.licitanet.com.br/>
Horário da Fase de Lances: 09h

1. OBJETO DA CONTRAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Frota, por meio de cartão magnético, chip e/ou tecnologia contactless, abrangendo o fornecimento de combustíveis, a manutenção preventiva e corretiva, bem como o gerenciamento de peças, acessórios, componentes e serviços automotivos, para atendimento das necessidades da frota oficial da Câmara Municipal de Nova União/RO, para o exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.
- 1.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos, incluindo, entre outros: mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios, além de serviços de socorro mecânico e remoção de veículos por guinchamento ou rebocamento.
- 1.3. A licitação será lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação, entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01		01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">• O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota.◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento.◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo:<ul style="list-style-type: none">▪ Gasolina comum▪ Gasolina aditivada▪ Etanol▪ Diesel• A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota.◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota.◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos.	R\$	5,24%

			<ul style="list-style-type: none"> ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 		
--	--	--	---	--	--

Valor Total	R\$
-------------	-----

1.4. Em caso de divergência entre a descrição/especificação do item/documentação e a identificação constante no www.licitanet.com.br, deverá ser considerada a descrição/especificação do item/documentação que consta neste AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA e seus anexos, em especial, as contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, observadas as exigências contidas neste Edital e em seus anexos, especialmente quanto às especificações técnicas e operacionais do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem à todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

2.1.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará nosumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

2.1.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5. No presente certame, os itens serão de AMPLA PARTICIPAÇÃO, para qualquer empresa sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das MEs, EPPs e MEIs previstas nas Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e Decreto Municipal 1815/2017.

2.5.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014).

2.6. PREVISÃO DE PRIORIDADE para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) Conforme § 3º do Art. 48, alterado pela Lei Complementar 147/14, combinado com Decreto Municipal nº 1815 de 30 de outubro de 2017, fica estabelecido a preferência para contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou ainda Microempreendedor Individual sediadas local ou regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido; O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas no âmbito das compras públicas municipais, tal favorecimento abrange os municípios de Nova União, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste. Tais municípios estão no limite geográfico regional previstos pelo IBGE, sendo que os benefícios através do decreto que regulamenta será o favorecimento local e regional até o limite de 10% do melhor preço válido, observando o seguinte: A prioridade será para as ME / EPP e Equiparadas sediadas no município de Nova União, e, não tendo micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de até 10% previsto, a prioridade será dada para as micro empresas e empresas de pequeno porte e equiparadas regionais, e não tendo licitantes participantes no âmbito regional ficarão as demais empresas em iguais condições de participação na disputa, sem o favorecimento acima previsto;

2.7. Não poderão disputar desta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.8. O impedimento de que trata o item 2.26 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 2.14. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 2.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21;
- 2.16. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 2.17. A participação no PREGÃO ELETRÔNICO se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
- a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma do PREGÃO ELETRÔNICO, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.
- b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no parágrafo 1º do art. 175 da Lei 14.133/21.
- 2.18. Independente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;
- 2.19. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Câmara Municipal de Nova União/RO, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 2.20. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;
- 2.21. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no Site: <https://licitanet.com.br/>;
- 2.22. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 2.23. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Câmara municipal de Nova União/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
- 2.24. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 2.25. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalva: é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/21.
- 2.26. Pessoa Física e Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão Eletrônico, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- 2.27. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante;
- 2.28. Os documentos necessários à participação na presente licitação compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;
- 2.29. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;
- 2.30. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;
- 2.31. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;
- 2.32. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- 2.33. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.34. Licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo a taxa de administração, expressa em percentual, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública;
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.8.1 deste Edital;
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno;
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar percentual da Taxa de Administração ofertada para o item único do certame.
- 4.1.1. Valor Percentual do **[ITEM]**;
- 4.1.2. Marca **(SE FOR O CASO)**;
- 4.1.3. Fabricante **(SE FOR O CASO)**;
- 4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 4.1.5. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

4.8. A proposta é preenchida na Plataforma LICITANET, portanto, NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

4.9. Em caso de identificação da licitante na proposta preenchida diretamente no sistema LICITANET, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro;

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

5.6. O lance deverá ser ofertado em percentual de taxa de administração, não superior ao limite máximo estimado no Termo de Referência.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser; O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para este procedimento, será adotado o modo de disputa aberto, com critério de julgamento sobre o MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO), em que os licitantes apresentarão lances públicos;

5.11.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.11.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.11.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01%.

5.12. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.13. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.14. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.15. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.15.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,

se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.815/2017;

5.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.18. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.18.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.18.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas apresentadas;

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.20.4. O pregoeiro **PODERÁ** solicitar ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#);

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligenciado o pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;

6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;

6.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de

umaque atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I Documentação Exigida para Habilitação**, e serão solicitados ao licitante mais bem classificado após a fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas b, c e d acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por [formato digital via sistema].

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir;

7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

7.7.1. A critério do pregoeiro poderão ser exigidos documentos complementares para fins de habilitação, devendo ser enviados por meio do sistema, em formato digital, contado da solicitação do pregoeiro;

7.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;

7.7.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.7.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem [7.8.1](#);

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 1.815/2017](#)).

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

7.14. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

7.14.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

7.14.2. Se a licitante for a matriz, todos documentos deverão estar em nome da matriz e;

7.14.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

7.14.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

7.15. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formado digital, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15.2. DECLARAÇÕES:

- a. Declaração Conjunta, conforme modelo ANEXO IV;
- b. Declaração de MPE, conforme modelo ANEXO V; *caso seja micro empresa - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP.*
- c. Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme modelo ANEXO VI;
- d. Declaração de Cumprimento ao Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021, conforme modelo ANEXO VII.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico](#).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado pelo sistema LICITANET no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Portal Licitanet: www.licitanet.com.br/ e pelo e-mail: diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO PRAZO DE ENTREGA

11.1. O prazo de entrega está descrito no item 6 do ANEXO I Termo de Referência.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os critérios para realização do pagamento estão descritos no item 8 do ANEXO I Termo de Referência.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATO

13.1. Os procedimentos de fiscalização e gestão do contrato estão definidos nos itens 6 e 7 do ANEXO I Termo de Referência.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://transparencia.novauniao.ro.gov.br/transparencia/>, e www.licitanet.com.br.

14.11. Para acessar o Edital no portal da Câmara, acesse o link descrito acima, clique na aba Leis, Atos e Publicações e após na sub-aba editais.

14.12. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- 14.12.1. ANEXO I - Documentação Exigida para Habilitação
- 14.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 14.12.3. ANEXO III - Modelo Proposta de Preços;
- 14.12.4. ANEXO IV - Declaração Conjunta;
- 14.12.5. ANEXO V - Declaração de MPE;
- 14.12.6. ANEXO VI - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- 14.12.7. ANEXO VII - Minuta do contrato;

Nova União/RO, 4 de fevereiro de 2026.

BRUNO ARAUJO LENK
Agente de Contratação

Elaborado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTODIO
Chefe de Seção de Compras, Patrimônio e Almoxarifado

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA
Agente Administrativo

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos subitens a seguir, para fins de habilitação:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Documentos de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

b) DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

- a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h. Os participantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa são condizentes com as especificações do objeto, consultando a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br>, Ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social. Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo ANEXO VII.

2.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.1.1 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);
- c. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação conforme Art. 69. § 4º, Lei nº 14.133, de 2021.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a. Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.
- b. Alvará de Localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da Licitante;

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência atende ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Legislativo nº 50/2023, estabelecendo as diretrizes da futura contratação.

1.2. Destina-se à contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas, Conforme especificações e quantidades contidas neste Termo e anexos .

1.3. A contratação visa o gerenciamento das despesas com abastecimento e manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota da Câmara Municipal de Nova União, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.4. Da Justificativa.

1.4.1. Condições dos Veículos Institucionais; Os veículos institucionais da Câmara Municipal devem estar sempre em plenas condições de funcionamento e conservação, prontos para atender às necessidades administrativas e legislativas. Esses veículos são essenciais para o acompanhamento de obras públicas, fiscalizações e visitas a instalações municipais. A manutenção regular é crucial não apenas para garantir a eficiência operacional, mas também para proteger o patrimônio público e a segurança dos usuários.

1.4.2. Contratação Indireta; A utilização de veículos por meio de contratação indireta permite a escolha de empresas especializadas, assegurando a pronta execução das atividades. Essa abordagem evita atrasos e estresse para os usuários, contribuindo para o cumprimento de agendas previamente definidas.

1.4.3. Manutenção e Abastecimento; As demandas por manutenção e abastecimento dos veículos oficiais são atendidas através de contratos indiretos. A busca por novos contratos visa não apenas manter a qualidade dos serviços, mas também implementar tecnologia, como cartões magnéticos, que automatiza o registro de manutenções e abastecimentos. Isso aumenta a eficiência e a confiabilidade do sistema, garantindo que apenas veículos cadastrados recebam manutenção.

1.4.4. Importância dos Veículos; Os veículos são ferramentas fundamentais para o desempenho das funções legislativas e administrativas da Câmara de Vereadores de Nova União. Manutenções adequadas garantem a disponibilidade necessária para que vereadores e servidores realizem suas atividades com segurança e agilidade.

1.4.5. Automação e Melhoria de Processos; A proposta inclui a adoção de um sistema de software especializado para gerenciar a frota, permitindo o acompanhamento de manutenção, abastecimento, quilometragem e histórico de reparos. As vantagens incluem:

- Extensão do horário de manutenção: Rede credenciada disponível em horários variados.
- Flexibilidade de acesso: Possibilidade de serviços em diversas localidades.
- Simplificação de procedimentos: Agilidade nas rotinas de controle e tomada de decisão.
- Precisão nos relatórios: Controle de custos e segurança com relatórios detalhados.
- Modernização dos controles: Redução do tempo de análise e compilação de dados.

1.4.6. Gerenciamento Eletrônico; A contratação de uma empresa para o gerenciamento eletrônico de peças, serviços e abastecimento, utilizando cartões magnéticos, visa otimizar a gestão logística. Essa tecnologia permite o monitoramento em tempo real de custos, eliminando fraudes e garantindo maior precisão na gestão.

1.4.7. Redução de Custos e Eficiência; A adoção desse sistema contribuirá para a redução de custos operacionais, aumentando a agilidade nos processos e eliminando a necessidade de documentos físicos. Isso garantirá a continuidade operacional da frota e a qualidade dos serviços prestados, assegurando o cumprimento das normas e o uso eficaz dos recursos durante o exercício de 2026 no Poder Legislativo de Nova União.

1.5. Benefícios da Contratação.

1.5.1 Maior controle nos custos, quilometragem, litragem, identificação (matrícula, nome, data, hora, cidade, valores, consumo, saldo remanescente,) ocasional do condutor, do veículo e do estabelecimento credenciado do fornecedor, e consequente segurança na administração de despesas;

1.5.2 Amplo Gerenciamento via internet com acesso restrito e emissão de relatórios únicos e particularizados completos de manutenção/consumo de combustível, médio e periódico, parciais ou completos da frota de veículos;

1.5.3 Atribuição mensal com recarga de crédito dos cartões personalizados (com identificação) conforme alinhamento com a Câmara Municipal de Vereadores de Nova União;

1.5.4 Permite a pesquisa de preços, e a busca pela melhor oferta, em função da variedade de empresas (oficinas e postos de combustível credenciados). O que

redunda em maior economia, considerando que os preços praticados são os mesmos que da negociação de à vista;
1.5.5 Permite completa movimentação dos cartões via internet:

- Inclusão
- Bloqueio
- Consulta de Extratos;
- Cancelamento;
- e Substituição por por extravio.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

2.1. O presente Termo tem por objeto a Contratação de Empresa especializada em serviços de autogestão de frota, para prestação de forma contínua de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva, corretiva e para abastecimento de veículos, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, conforme especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.2. O objeto compreende a intermediação do fornecimento de combustíveis, peças, acessórios, componentes e materiais originais/genuínas recomendados pelo fabricante de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos, bem como mão de obra mecânica, abrangendo Mecânica em Geral, Revisão Elétrica e Eletrônica, Arrefecimento, Refrigeração, Lanternagem, Funilaria, Borracharia, Vidraçaria, Capotaria, Tapeçaria, Pintura, Pneumático, Acessórios, Equipamentos Obrigatórios, Lubrificação, Alinhamento Balanceamento, cambagem, e outros materiais/serviços para o seu perfeito funcionamento, além de reboques dos veículos por empresas de transporte em suspenso por guinchamento/ Rebocamento e socorro mecânico.

2.3. Especificação do Objeto;

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">• O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota.◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento.◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo:<ul style="list-style-type: none">▪ Gasolina comum▪ Gasolina aditivada▪ Etanol▪ Diesel• A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso;<ul style="list-style-type: none">◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota.◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota.◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos.◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível.	SERV/ MÊS	01

2.4. Estimativa de Preço;

Os valores foram estimados com base no estudo de progressão de aumento anual, bem como considerou-se o percentual para taxa administrativa a média obtida a partir dados de pesquisa publicada em mídia especializada embasada na Lei 14.133/2021, em especial nos Artigos 23, Inciso III.

DETALHAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS	
DESCRIÇÃO	VALORES
Valor estimado para atender as necessidades da Câmara municipal de Nova União/RO, sendo os itens acima detalhados. Pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

- Descrição pormenorizada da utilização dos valores;

Será celebrado contrato pelo valor global estimado de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), acrescido da taxa de administração, a qual poderá ser positiva, zerada ou negativa, conforme proposta vencedora.

O valor global encontra-se subdividido estimativamente da seguinte forma:

- a. Fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais);
- b. Prestação de serviços de manutenção em geral, incluindo fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro além de mão de obra mecânica: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Ressalta-se que a referida subdivisão possui caráter meramente estimativo, podendo sofrer alterações conforme a necessidade da Administração, sem que isso caracterize alteração contratual, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, sendo tais ajustes formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

2.5. Da Taxa do Certame;

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	TAXA	VALOR +TAXA
01	Taxa de administração da empresa operadora de sistema de cartões para a prestação de serviços de gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado on-line, integrado e operacionalizado por meio de cartões magnéticos	R\$ 66.500,00	5,24%	R\$ 69.984,60

2.6. Classificação Dos Bens Comuns

2.6.1. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por especificações usuais de mercado. Embora o conceito seja aberto, os bens demandados apresentam padronização objetiva, especificações usuais e ampla disponibilidade no mercado, razão pela qual se enquadram como bens comuns.

Em conformidade com o Decreto Legislativo nº 50/2023, os itens a serem adquiridos deverão possuir qualidade comum, suficiente ao atendimento das finalidades institucionais, sendo vedada a aquisição de bens de luxo. Considera-se bem de luxo aquele cuja qualidade ou preço seja superior ao necessário, salvo se adquirido por preço equivalente ou inferior ao de bem comum similar, ou quando características superiores forem justificadas pela atividade do órgão.

2.7. Descrição Detalhada do Objeto.

2.7.1. Objeto características gerais.

2.7.2. A prestação de serviços continuados envolve a disponibilização de abastecimento de combustíveis e peças e serviços para os veículos oficiais, acompanhada de uma administração abrangente que inclui: gerenciamento, fiscalização financeira e operacional, além de controle informatizado por meio de uma plataforma web. Este sistema será desenvolvido como um conjunto integrado de programas, executados em um servidor HTTP (Web Host), permitindo fácil atualização e manutenção, com o código-fonte centralizado para acesso por diferentes usuários, incluindo a CONTRATADA e as empresas credenciadas. Isso garantirá que as atualizações sejam realizadas em tempo real, favorecendo a sinergia entre os usuários. O sistema contará ainda com um aplicativo disponível para instalação em dispositivos móveis (Android e iOS), proporcionando acesso à rede credenciada de empresas que oferecem serviços de manutenção e abastecimento de combustíveis. Todos os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, assegurando a continuidade e eficiência na manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Através deste sistema, a CONTRATADA garantirá um controle eficaz e integrado, promovendo a transparência e a qualidade dos serviços prestados.

2.7.3. Fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos (opcional com chip) em rede de empresas (oficinas e postos de combustível e de lavagens e afins credenciados), compreendendo a administração e gerenciamento tecnológico e personalizado com cadastramento de veículos, gestores, fiscais e usuários regulares ou eventuais apontados utilizando a tecnologia que melhor controle com segurança à contratação, a fim de atender os veículos oficiais pertencentes a Câmara Municipal, localizados no Estado de Rondônia e eventualmente em outros Estados da Federação.

2.7.4. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.5. Os serviços deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos de combustíveis), oficinas mecânicas e centros automotivos, credenciados pela CONTRATADA, localizados em Nova União e nos demais municípios do Estado de Rondônia e demais Estados da Federação.

2.7.6. Comprovadamente a rede credenciada de empresas deve conter, dentre a quantidade indicada de estabelecimentos credenciados.

2.7.7. Prestadores de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos (oficinas automotivas).

a. Revendedores de autopeças.

b. Revendedores de combustíveis e derivados (postos de combustível), de no mínimo 03 (três) bandeiras diferentes (exceto quando a municipalidade não oferecer tal condição).

2.7.8. A CONTRATADA deverá emitir os cartões de gerenciamento em no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato. Neste período, deve encontrar-se apta a viabilizar o atendimento das demandas urgentes do contratante através dos procedimentos contingenciais descritos.

2.7.9. Suporte Técnico Permanente: Que possibilite o restabelecimento, correções e alterações do sistema em prazo hábil, garantindo inclusive o cadastramento inicial e/ou migração dos dados do Sistema anterior, bem como o esclarecimento de dúvidas durante a operação do sistema por parte da CONTRATANTE ou da Rede Credenciada, através de técnicos capacitados.

2.8.0. Características Específicas.

2.8.1. Dos veículos.

2.8.2. Para fins desta licitação consideram-se como integrantes do acervo patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Nova União, a frota veicular própria aqui apontados, devem ser contemplados pelo objeto de contratação.

2.8.3. Os veículos da frota, inicialmente, abrangidos por esta contratação são os listados no ANEXO C deste Termo de Referência.

2.8.4. Ao CONTRATANTE fica facultado no curso da vigência da contratação a alteração dos veículos por motivo de aquisição e/ou desfazimento.

2.9. Serviço de abastecimento.

2.9.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, momentânea falta de acesso ao sistema, fase de transição/renovação de contrato de credenciamento, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente.

2.9.2. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone (0800) ou similar, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE.

2.9.3. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa CONTRATADA.

2.9.4. Uma vez constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a CONTRATADA ficará passível de notificação.

2.9.5. Haverá uma atribuição de cota/valor mensal para cada veículo/gerador, adotando para destinação a placa real (dos veículos).

2.9.6. Os veículos deverão ser abastecidos quando necessário, sem uma frequência definida, uma vez que o consumo de combustível está condicionado à utilização do veículo.

2.9.7. Para cada abastecimento, o limite do volume de combustível a ser abastecido será o da capacidade do tanque, não sendo permitida a utilização de recipientes de armazenagem.

2.9.8. Os créditos dos cartões de cada veículo serão definidos de acordo com a conveniência da Administração.

2.9.9. A CONTRATADA deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos, componentes da frota da contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais.

2.9.10. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível em tempo real, via WEB, ou no máximo a partir da 00:00 (zero) hora imediatamente subsequente ao pedido de realocação.

2.9.11. A cada período decorridos de 30 (trinta) dias os créditos deverão ser renovados com o limite máximo já inicialmente destinado a cada unidade placa, que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor do contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.9.12. A CONTRATADA deverá fornecer cartão magnético eletrônico individual e intransferível para cada veículo descrito no ANEXO C deste Termo de

Referência, devendo adotar a numeração da placa como identificação inicial. Deverá imprimir em cada cartão a identificação da CONTRATANTE, o modelo e a placa do veículo.

2.9.13. A CONTRATADA deverá substituir em no máximo 15 (quinze) dias úteis, os cartões magnéticos que:

- a. Tenham perdido a validade;
- b. Apresentarem defeito que impeça a sua utilização; e
- c. Tenham sido extraviados.

2.9.14. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.

2.9.15. O bloqueio do uso do abastecimento de veículo e o cancelamento será imediato para os casos de perda ou extravio de cartão.

2.9.16. Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso. O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações pró ativas por parte da CONTRATANTE. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor.

- Identificação do posto de combustível/oficina (Nome e Endereço).
- Identificação do veículo (placa).
- Saldo remanescente do limite de crédito destinado ao veículo.
- Odômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço.
- Tipo de Combustível (para o serviço de abastecimento).
- A data e hora da Transação (abastecimento).
- Quantidade de litros de combustível.
- Preço do material (combustível, óleo, filtro).
- Preço do serviço lubrificação, manutenção, etc).
- Valor cobrado.

2.9.17. Controle e gestão de consumo de combustível a cargo do fiscal do contrato, sendo que a CONTRATADA deverá manter uma rede credenciada dentro dos parâmetros estabelecidos.

2.9.18. Nas localidades não abrangidas pelo valor médio de referência será a localidade mais próxima consultada e constante da tabela.

2.9.19. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;

2.9.20. As situações não solucionadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas serão objeto de glosa no pagamento.

2.9.21. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo ANP, conforme legislação em vigor.

2.10. Os serviços de manutenção.

2.10.1. Manutenção preventiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras, concessionárias de automóveis ou nos postos de abastecimento (de acordo com o serviço), obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo, inclusive com atenção às recomendações para evitar a perda da garantia, quando for o caso. São exemplos de manutenção preventiva.

- Serviços de troca e remendo de pneus.
- Alinhamento e balanceamento de rodas.
- Serviços de cambagem, câster e convergência.
- Serviços de desempenho de rodas.
- Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento.
- Lubrificação de veículos.
- Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador, dentada, etc.
- Substituição de itens do motor.
- Limpeza de motor e bicos injetores.
- Regulagens de bombas e bicos injetores.
- Mecânica geral
- Mecânica de transmissão
- Mecânica de suspensão
- Revisão/ substituição dos componentes de freio
- Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

2.10.2. A manutenção preventiva também se refere à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/condutor, levando-se em conta a quilometragem de 1.000; 5.000; 10.000, etc., prevenindo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis autorizadas, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações do contratante, a fim de manter a garantia do fabricante.

2.10.3. Manutenção corretiva. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

2.11. Da Identificação dos Condutores, dos Cartões Magnéticos Vinculados Ou Não.

2.11.1. O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, contendo os seguintes dados: placa, marca, tipo, chassi, combustível, ano de fabricação, lotação (Unidade), capacidade do tanque, odômetro, nome, registro funcional e unidade dos condutores.

2.11.2. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos e oficinas credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

2.11.3. A identificação do condutor autorizado pela Administração será validada, pela CONTRATADA, através de senha própria, não podendo haver utilização de senha de outro condutor, mesmo que esteja conduzindo carros da frota da CONTRATADA.

2.11.4. O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da CONTRATANTE.

2.11.5. Os cartões (vinculados ou não) não poderão ser cobrados em separado, pois os seus custos estarão inclusos no valor do serviço de gerenciamento da frota. A exceção, ou não, fica facultada à CONTRATADA, será para os cartões roubados ou extraviados, que serão custeados pelo CONTRATANTE.

2.11.6. A empresa vencedora deverá fornecer 02 (dois) cartões adicionais reserva para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, de outras unidades em trânsito, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento da frota.

2.11.7. A critério da Unidade Administrativa e de acordo com a necessidade poderá ser solicitado à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

2.11.8. Durante a execução do contrato, o CONTRATANTE poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência. Caso haja diminuição no número de carros da frota haverá devolução de cartões magnéticos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a descrição do Documento de Formalização de Demanda (DFD) (ID 319708), a contratação objetiva aquisições de combustível para os veículos do Poder Legislativo de Nova União/RO, além de manutenção preventiva e corretiva.

3.2. A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico por meio de cartão magnético de peças, serviços e abastecimento de frotas para o exercício de 2026 é essencial para otimizar a administração e operação da frota de veículos do Poder Legislativo. O sistema de gestão eletrônica proporcionado pelo uso do cartão magnético facilita o controle, a transparência e a eficiência nas operações relacionadas à manutenção e abastecimento dos veículos, além de simplificar o processo de aquisição de peças e serviços necessários para a manutenção da frota.

3.3. A utilização do cartão magnético permite que as despesas com abastecimento, peças e serviços de manutenção sejam registradas de maneira centralizada e em tempo real, garantindo maior controle orçamentário e a prevenção de fraudes ou desvios. Com a implementação de um sistema eletrônico, será possível monitorar os custos de forma mais eficaz, facilitando a tomada de decisões rápidas e assertivas quanto à gestão da frota.

3.4. A entidade dispõe de 3 veículos, os quais são utilizados pelos vereadores na fiscalização dos atos do Poder Executivo, assim como pelos servidores em deslocamentos para cursos de capacitação e outras atividades relacionadas às suas funções, sendo: 01 (uma) Honda/Motocicleta NXR Bros 150 Flex; 01 (uma) Caminhonete hilux, Cabine Dupla; e 01 (um) Toyota/Etios Hatch 1.3, Flex, ANEXO C.

3.5. Diante do exposto, a contratação de empresa em questão se torna imprescindível, para garantir a continuidade das atividades do Poder Legislativo em 2026, promovendo a segurança, eficiência e transparência na gestão da frota, além de proporcionar maior controle financeiro sobre os gastos com a manutenção e abastecimento dos veículos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. A empresa interessada deverá atender aos requisitos legais, fiscais e trabalhistas previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. A contratada deverá:

- a. Atender às demandas da Contratante nos prazos estabelecidos e aceitar o controle de qualidade, quando solicitado;
- b. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado, composta por oficinas mecânicas, concessionárias, autopeças, borracharias, serviços de guincho e postos de combustíveis, promovendo novos credenciamentos quando solicitado pela Contratante;
- c. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo fornecimento de peças, acessórios e serviços automotivos em geral;
- d. Disponibilizar serviço de reboque/guincho 24 horas em caso de pane ou acidente;
- e. Apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no mínimo 01 (um) estabelecimento credenciado por município indicado pela Contratante. Onde não houver esse quantitativo, deverão ser cadastrados todos os estabelecimentos aptos existentes;
- f. Credenciar novos fornecedores ou prestadores de serviço sempre que solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.1.3. A contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo impostos, fretes, seguros e encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

5.1.4. A contratada deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, treinamento dos servidores designados para uso do sistema de gerenciamento da frota, presencial ou on-line, capacitando-os para operação, consulta e emissão de relatórios.

5.1.5. A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico de gerenciamento da frota em ambiente web, que permita, no mínimo:

- a. Abertura e acompanhamento de ordens de serviço on-line;
- b. Recebimento e aprovação de orçamentos;
- c. Cotação de preços junto à rede credenciada;
- d. Controle dos serviços executados;
- e. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais;
- f. Registro do histórico completo de manutenção de cada veículo;
- g. Emissão de notas fiscais com discriminação de peças, serviços e taxa de administração.

5.1.6. O sistema deverá permitir acesso da Contratante a todos os dados durante a vigência contratual e fornecer o histórico completo ao término do contrato.

5.1.7. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial por telefone ou chat.

5.1.8. Os prazos para execução dos serviços de manutenção e reparos serão definidos de comum acordo entre as partes.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO;

- a. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO;

- a. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DA SUSTENTABILIDADE;

- a. Nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar critérios de sustentabilidade ambiental.
- b. Na presente contratação, não se identificam riscos ambientais relevantes decorrentes da execução do objeto. Assim, considerando a necessidade de adoção de critérios objetivos e passíveis de comprovação, será exigido dos licitantes que as faturas, relatórios e demais comunicações formais sejam preferencialmente realizados em meio eletrônico, de modo a reduzir o consumo de papel.
- c. A contratação observará as normas de proteção ao meio ambiente e as práticas de sustentabilidade aplicáveis, assegurando o atendimento das necessidades do órgão com adequado custo-benefício e sem impactos ambientais significativos.
- d. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo cumprimento da legislação ambiental vigente, devendo:
 - a. Adotar medidas necessárias para evitar danos ou degradação ambiental na execução dos serviços;
 - b. Assumir a responsabilidade pela correção de eventual dano ambiental que venha a ocorrer em decorrência da execução contratual;
 - c. Cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e do Decreto Estadual nº 21.264/2016.
- e. Quando aplicável, poderão ser exigidos critérios adicionais de sustentabilidade, tais como:
 - I. utilização de embalagens com menor volume possível e preferencialmente recicláveis;
 - II. fornecimento de bens constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO;

6.1. DA EXECUÇÃO

- a. Fica estabelecido locais mínimos, de Prestação dos Serviços e quantidade mínima de credenciados (conforme o Anexo B).
- b. A Contratada será responsável pela execução integral do objeto, utilizando recursos tecnológicos e equipe técnica especializada, garantindo padrões adequados de organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- c. A implantação do sistema de gerenciamento da frota deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço pela Contratante, incluindo a liberação de acesso ao sistema web aos servidores autorizados.
- d. As operações serão realizadas em ambiente web, com acesso mediante login e senha, permitindo interação direta entre a Contratante e o sistema da Contratada.
- e. Contratada disponibilizará sistema informatizado de gestão de frota capaz de atender todas as demandas da Contratante, com controle dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, e geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros.
- f. A Contratada deverá:
 - a. Cadastrar todos os veículos da frota da Contratante no sistema;
 - b. Registrar histórico de manutenção, quilometragem, custos e serviços realizados;
 - c. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado;
 - d. Permitir abertura, análise e aprovação de ordens de serviço on-line;
 - e. Disponibilizar suporte técnico em horário comercial, com prazo máximo de resposta de 4 (quatro) horas úteis.
 - f. Disponibilizará a CONTRATANTE, cartões coringa para serem disponibilizados aos usuários, em caráter emergencial, até o recebimento do cartão nominal.
- g. A Contratante designará servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, aos quais serão fornecidos acessos ao sistema em níveis distintos.
- h. Os serviços de manutenção e fornecimento de peças somente poderão ser executados após aprovação eletrônica do orçamento pelo fiscal do contrato.
- i. A rede credenciada deverá fornecer comprovante dos serviços realizados, contendo descrição, valores, garantias e identificação do estabelecimento.
- j. As oficinas credenciadas deverão realizar check-list no recebimento e na entrega dos veículos, bem como devolver as peças substituídas e certificados de garantia.
- k. Garantias mínimas:
 - a. Peças substituídas: 06 (seis) meses;
 - b. Serviços sem fornecimento de peças: 03 (três) meses;
 - c. Serviços de manutenção corretiva: 06 (seis) meses, exceto alinhamento e balanceamento (30 dias).
- l. Durante o período de garantia, os defeitos deverão ser corrigidos sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- m. Os preços das peças originais deverão ter como referência a tabela oficial das montadoras ou, na ausência, pesquisa de mercado realizada pelo fiscal do contrato.
- n. A Contratada garantirá que os preços praticados na rede credenciada não excedam os valores de mercado à vista.
- o. O sistema deverá permitir a realização de, no mínimo, 03 (três) cotações entre oficinas credenciadas, selecionando-se a proposta mais vantajosa.
- p. O pagamento aos estabelecimentos credenciados será de responsabilidade exclusiva da Contratada, inexistindo vínculo financeiro entre a Contratante e os prestadores de serviço.
- q. A Contratante poderá solicitar a substituição de prepostos da Contratada que não atendam às exigências contratuais.
- r. Quaisquer entendimentos entre Contratada e fiscais deverão ocorrer por escrito.

6.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA;

- a. A implantação do sistema de gerenciamento, apresentação da relação de rede de postos de abastecimento credenciados, realização de treinamento e entrega dos cartões eletrônicos de abastecimento dos veículos e equipamentos deverão ocorrer num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de serviço, na sede da Câmara Municipal de Nova União/RO - Estado de Rondônia, conforme lei 14133/2021, sendo endereço Avenida Coronel Jorge Teixeira, 1075- Centro - Nova União/RO - CEP: 76.924-000 no horário de expediente 07h as 13h.
- b. O fornecimento do combustível será realizado pelos estabelecimentos credenciados e conveniados em todas Cidades do Estado de Rondônia, nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, por funcionário do posto, diretamente e exclusivamente da bomba de combustível para o tanque dos veículos autorizados (excetuados os equipamentos), por meio de cartão onde constem informações dos veículos e equipamentos;
- c. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:
 - a. Cadastramento da frota de veículos, máquinas e equipamentos;
 - b. Definição da logística da rede de postos integrantes da rede credenciada de abastecimento;
 - c. Cadastro e distribuição das senhas de acesso;
 - d. Treinamento dos condutores e gestores;
 - e. Fornecimento dos cartões para os veículos e equipamento;

6.3. CONDIÇÕES DE ENTREGA;

- 6.3.1. Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão os usualmente ofertados pelos fabricantes/prestadores, sem prejuízo dos prazos mínimos preconizados nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.
- 6.3.2. A Contratada será corresponsável pelos serviços de prestação pela sua rede credenciadas/ assistência técnica executados pela empresa de Assistência Técnica, Autorizada do Fabricante para manutenção dos bens.
- 6.3.3. A prestação de serviço poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando executado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo da prestação de serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4. FISCALIZAÇÃO;

- 6.4.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) Fiscal(s) de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.
- 6.4.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

6.4.3. O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.4.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

6.4.5. A fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA;

6.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.5.2. A contratada deverá garantir que sua rede credenciada mantenha a qualidade dos produtos ofertados, bem como arcar com os prejuízos à Câmara municipal de Nova União, decorrentes de sua má qualidade.

6.5.3. O prazo de validade/garantia dos materiais, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, e/ou outra devidamente comprovada pelo fabricante.

6.5.4. a intermediação, objeto desta aquisição, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, ou apresentados com danos/defeitos. Deverá ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, nos termos da Lei Federal N.º 14.133/2021;

- a. O contrato será celebrado para 100% (cem por cento) das quantidades apresentadas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a CONTRATANTE a execução do valor total do mesmo;
- b. O valor da Taxa Administrativa proposta será fixo e irrevogável durante o período da contratação. Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal N.º 14.133/2021;

7.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para fornecer o objeto contratual.

7.2. DA GESTÃO DO CONTRATO;

7.2.1. Será realizado pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) gestor de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, seguindo decreto legislativo nº 50/2023, Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a autoridade observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmicas ou técnicas, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

7.2.2. Ao servidor designado para essa função será responsável pelo;

- a. Planejamento: O gestor é responsável por planejar a execução do contrato, estabelecendo metas, prazos e especificações técnicas necessárias para a realização do objeto contratado.
- b. Acompanhamento da execução: O gestor monitora e supervisiona o andamento do contrato, verificando se as obrigações estão sendo cumpridas de acordo com o estabelecido no contrato.
- c. Controle financeiro: O gestor controla os aspectos financeiros do contrato, como pagamentos, medições, reajustes de preços e eventuais penalidades por descumprimento contratual.
- d. Avaliação de desempenho: O gestor avalia o desempenho do contratado, verificando se este está cumprindo os prazos, padrões de qualidade e demais obrigações previstas no contrato.
- e. Comunicação: O gestor do contrato é responsável por comunicar e solicitar informações aos fiscais de contrato, fornecedores e demais envolvidos no processo, garantindo uma comunicação clara e eficiente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO;

- a. O recebimento provisório ocorrerá após a entrega do objeto, para verificação da conformidade com o edital, Termo de Referência e proposta, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação formal do contratado, realizada por e-mail ou por registro no sistema da gerenciadora, desde que assegurada a identificação do usuário que recebeu a informação, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- b. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c. Definitivamente: após a verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias a partir do recebimento provisório;
- d. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- e. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. LIQUIDAÇÃO;

- a. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, Art. 7º. Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- b. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.
- c. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I) Data da emissão;
 - II) Dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
 - III) Período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
 - IV) Valor a pagar; e
 - V) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- d. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- e. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO;

- a. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, Art. 7º, inciso II, Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados, IN SEGES/ME N.º 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.
- c. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- d. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- e. Retenção de Tributos; Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive as estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, que determina a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) e demais tributos incidentes sobre pagamentos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública.
 - a. Casos de não retenção / isenção / imunidade segundo o art. 4º da IN 1.234/2012, O Art. 4º da IN 1.234/2012 elenca as hipóteses em que não será feita retenção do IR e das contribuições (PIS/Pasep, Cofins, CSLL) nos pagamentos efetuados pela administração pública.
- f. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Nova União/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g. A nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverá ser entregue preferencialmente digital na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

9.1. FORMA DE SELEÇÃO;

- a. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO) já incluído o percentual de Taxa Administrativa ou Desconto ofertado, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- b. A taxa administrativa (ou percentual de desconto) oferecida na proposta vencedora será fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos serviços/bens consumidos.
- c. A taxa total referente aos custos cobrados da REDE CREDENCIADA deve estar dentro do percentual da proposta final cadastrada no certame.
- d. O percentual ofertado deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo as demais desprezadas.

9.2. DA PREVISÃO DE PRIORIDADE.

- a. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021, Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- b. O Decreto municipal nº 1815, de 30 de outubro de 2017, estabelece medidas para promover o desenvolvimento econômico e social em nível municipal e regional. Ele visa aumentar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme previsto na Lei Complementar Federal 123/2006. O decreto prioriza a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, permitindo uma margem de até 10% do melhor preço para facilitar essas contratações nas compras públicas.

Art. 1º Nas contratações públicas municipais de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II. Ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III. Incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

- I. Âmbito local - os limites geográficos do território do município de Nova União / RO;
- II. Âmbito regional - os limites geográficos dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji Paraná, Mirante da Serra, Presidente Médice, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, previstos na micro região de Ji Paraná do IBGE, acrescido do município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste decreto e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos neste decreto deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10%(dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

- I. A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/RO;
- II. Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Nova União/ RO, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas conforme art. 1º, § 1º, II.

9.3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (LEI 14.133/21 ART 33 inciso I)

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

9.3.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a ser cobrada da Administração (Item 1), nos termos do art. 55, inciso II, alínea a, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. Somente o Item 1 taxa de administração a ser cobrada da Administração será objeto de disputa no certame.

9.3.4. Será declarada vencedora a licitante que ofertar a menor taxa de administração para a Administração.

9.3.5. A taxa de administração ofertada à Administração, seja positiva, nula ou negativa, permanecerá fixa durante toda a vigência contratual e incidirá sobre os valores correspondentes aos bens e serviços efetivamente consumidos. Nos termos do entendimento firmado pelo TCE/RO no APL-TC referente ao Processo nº 01135/22, será admitido o cadastramento de propostas e lances com taxa de administração igual a zero ou negativa.

9.3.6. O percentual ofertado deverá ser apresentado com duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

9.3.7. Na hipótese de apresentação de taxa negativa, a Controladoria poderá proceder com a verificação da exequibilidade da proposta apresentada.

9.3.8. A contratada deverá discriminar em suas faturas mensais o valor base do consumo e o valor correspondente à taxa de administração aplicada, positiva ou negativa.

9.3.9. Exemplos de Composição de Faturamento

a) Proposta com taxa positiva

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 5,24% R\$ 3.484,60

Valor total estimado: R\$ 69.984,60

b) Proposta com taxa zero

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: 0,00% R\$ 0,00

Valor total estimado: R\$ 66.500,00

c) Proposta com taxa negativa

Valor base anual estimado: R\$ 66.500,00

Taxa administrativa: -2,00% (-) R\$ 1.330,00

Valor total estimado: R\$ 65.170,00

9.6. HABILITAÇÃO (LEI 14.133/21 ART. 62 a 64).

- a. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
 - b. O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATORIA, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.
- 9.6.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA;

DOCUMENTAÇÃO DE CADA CASO:

- a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h. Os participantes deverão observar se dispõe de previsão para comercialização do produto/prestação de serviços, no Contrato Social (Receita Federal do Brasil Acórdão nº 09-22634, de 18/02/2009) Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a Câmara Municipal de Nova União interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

9.6.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e. Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
- f. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na emissão desta, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);
- c. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

d. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I. - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II. - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III. - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

e. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo pregoeiro, se emitidas nos últimos 90 (noventa) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela internet, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

f. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

9.6.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

a. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (Lei nº 14.133/2021, artigo 67, inciso II, combinado com § 1º do mesmo artigo). A comprovação da experiência anterior do licitante deverá atender ao seguinte:

b. Os atestados ou declarações de capacidade técnica devem demonstrar capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

c. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

d. O pregoeiro diligenciará na forma do art. 64, da Lei 14.133/21 a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo: NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.

e. O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

f. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor da estimada contratação, será de 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Ação Orçamentária: 2026 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA CÂMARA.
- Ficha Orçamentária: 013 - 3.3.90.40- SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
- 001.500: Recursos não Vinculados de Impostos.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

12.1 Conforme ANEXO A deste Termo de Referência.

13. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

13.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

13.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

13.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Poder Legislativo Municipal.

14.2. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

14.3. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, a contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência por escrito.

b) multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

c) multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;

e) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

14.4. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.

14.6. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

14.7. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS;

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar à Administração Geral, para fins de principiar o necessário processo de licitação visando atender demanda quanto a contratação de uma empresa especializada em serviço contínuo de gerenciamento de frotas, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado com disponibilização de Rede Credenciada de postos de Combustíveis para o fornecimento de combustíveis, e oficinas credenciadas para manutenção corretiva e preventiva, junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias, compreendendo os serviços sendo revisão, mecânica em geral, com fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota.

16.2. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

16.3. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

16.4. Reserva-se a administração, promover diligências durante a realização do certame, a fim de se resguardar de possível inexecução contratual, caso haja a previsão de taxa de administração negativa por parte de alguma empresa participante;

16.5. Reserva-se a administração acompanhar, *pari passu*, a execução dos contratos administrativos que prevejam taxas de administração negativas, a fim de averiguar a ocorrência de superfaturamento da empresa, bem como se os preços praticados estão de acordo com o valor de mercado, sob pena de responsabilização solidária pelos prejuízos decorrentes da execução contratual;

16.6. Reserva-se a administração acautelar-se de diligências necessárias à verificação de eventual repasse dos custos, pela empresa contratada, à rede credenciada, mediante aplicação de taxas secundárias;

16.7. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Câmara, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que este órgão venha a sofrer.

16.8. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

16.9. A Adjudicação deverá ser para a empresas que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);

16.10. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico administrativo@camaradenovauniao.ro.gov.br e diretoria@camaradenovauniao.ro.gov.br incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

17. ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A-Obrigações das Partes.

Anexo B- Rede Credenciada Abrangência E Quantitativos Mínimos

Anexo C- Relação e dados dos veículos.

Nova União/RO, 21 de Janeiro de 2026

Elaborado por:

CLEYTON PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo

Revisado por:

JHEREMMY GAMBERT CUSTÓDIO

Chefe da Seção De Compras e Almoxarifado

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas acima, autorizo a prosseguimento pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.

MARCOS RAMON RIBEIRO

Vereador Presidente

ANEXO - A

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO

- (Fornecimento e Serviços) Compete ao CONTRATADO: O Prazo para apresentação da rede credenciada será de no máximo 30 (trinta) dias úteis.
- Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas, com o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto; Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;
- Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado com prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;
- Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;
- Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados (quando for o caso), de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, prazo de validade legal quando houver, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;
- Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CÂMARA ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Câmara Municipal de Nova União;
- Comunicar à Administração da Câmara, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e Os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
- Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e a integral liquidação de indenização, acaso devida a terceiros;
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE: Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

- Caberá ao CONTRATADO, ainda:
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

- A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

ANEXO B

REDE CREDENCIADA ABRANGÊNCIA E QUANTITATIVOS MÍNIMOS

A contratada deverá manter rede credenciada de oficinas mecânicas e postos de combustíveis com abrangência nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, garantindo atendimento contínuo à frota da Câmara Municipal de Nova União/RO, devendo disponibilizar, no mínimo:

I Postos de Combustíveis e Oficinas no Estado de Rondônia

Município	Quantidade Mínima de Postos de Combustíveis	Quantidade Mínima de Oficinas
Nova União	01	01
Ouro Preto do Oeste	01	03
Jaru	02	03
Ariquemes	02	03
Porto Velho	02	05
Ji-Paraná	02	03
Cacoal	02	03
Mirante da Serra	01	01
Rolim de Moura	01	03
Vilhena	01	03

II Concessionárias Credenciadas

- a. 01 (uma) concessionária Toyota no Estado de Rondônia;

III Oficinas e Postos de Combustíveis em Trechos Rodoviários Abrangência interestadual.

- a. Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BRs 364, BR-174, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;
b. Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais dos trechos das BRs 364, MT-235 e MT-249, MT-010, MT-358, MT-343, MT-246, no percurso Vilhena/RO a Cuiabá/MT;
c. Rede credenciados oficina e posto nas principais cidades marginais do trecho da BR-070, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF;
d. Rede credenciados oficina e posto principais cidades marginais dos trechos das BRs 364 e 060, no percurso Cuiabá/MT a Brasília/DF.

IV Ampliação da Rede Credenciada

A contratada deverá realizar novos credenciamentos, sem custos adicionais, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Nova União/RO, caso as credenciadas não estejam atendendo plenamente às necessidades de serviços e/ou fornecimento de peças, ou quando houver necessidade de ampliação dos locais de atendimento.

ANEXO C

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	MARCA/MODELO/COR	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ COMBUSTÍVEL
01	HONDA/NXR150 BROS ES/ PRETA	2010/2011	NEC1F38	9*****527582	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA
02	TOYOTA/HILUX CD SRV A4FD/PRETA	2017/2017	NDH2D42	8*****559427	ATIVO/ BOM DIESEL
03	TOYOTA/ETIOS HB X VSC MT/ BRANCA	2018/2019	QTF2G40	9*****122685	ATIVO/ BOM ALCOOL/GASOLINA

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico por meio de Cartão Magnético de Peças, Serviços e Abastecimento de Frotas para o Exercício de 2026.

VALOR MÁXIMO DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO: 5,24% (cinco, vinte e quatro por cento).

Taxa de administração de Serviço de Gerenciamento de Frota informatizado, através de sistema on-line e integrado com tecnologia de cartão magnético.

Item	Unid.	Quant	Especificação	Média Unitária	Taxa (%)
01	serv/mês	01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação, implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de	R\$	5,24%

		<p>arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas.</p> <p>Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. ◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento. ◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 	
valor total			R \$

Observação: A proposta deve ser preenchida exclusivamente na Plataforma LICITANET. É imprescindível que a proposta não contenha qualquer identificação da empresa proponente, a fim de garantir o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Qualquer identificação poderá resultar na desclassificação da oferta.

ANEXO IV
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu,.....,RG nº.....,CPF nº.....,residente no endereço ,
bairro.....,CEP.....,município de , representante legal do proponente (empresa e CNPJ)
....., na Dispensa de Licitação nº. 001/2025 promovida pela CÂMARA municipal do município de nova União, venho declarar que:

1. Estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
2. Tenho ciência e concordo com os termos deste Aviso de Dispensa de Licitação;
3. Não estou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do município de Nova União;
4. Não possuo no quadro societário servidor público da ativa do Município de Nova União, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO V
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)
DECLARAÇÃO ME/EPP/COOPERATIVA

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa:.....,CNPJ....., cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VI
(em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Local e data.

(Representante legal)

ANEXO VI (em papel timbrado da empresa) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)portador(a) da Carteira de Identidade nº....., e do CPF nº....., DECLARA:

1. Concordar, na íntegra, com os termos do aviso de Dispensa eletrônica nº 001/2025- CMNU e com todos os seus anexos.
2. Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Poder Concedente quanto à sua habilitação.
3. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que esta se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Credenciamento.
4. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
5. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos do Credenciamento e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
6. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e no art. 14 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação do Credenciamento e legislação vigente.
7. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.
8. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando esta for solicitada pela Comissão de Credenciamento, no prazo estipulado.
9. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.
11. Que atesta o atendimento à política pública ambiental sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambiental[1]mente adequada.
12. Que para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data.

Representante Legal

ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE NOVA UNIAO
E XXXXXXXXXXXXXXXX

1. CONTRATANTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO/RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.621.060/0001-94, com sede administrativa na avenida Coronel Jorge Teixeira, nº 1075, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada legalmente pelo, Vereador Presidente **MARCOS RAMON RIBEIRO**, portador do RG nº **63** SSP/RO e CPF nº ***.578.622-**, de acordo com delegação de competência prevista nos Art. 22 e Art. 23 do regimento interno

2. CONTRATADA

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede na....., bairro....., na cidade de CEP....., Cidade,..... representada neste ato por seu representante legal, o Senhor..... portador do RG nº..... SSP/___ e CPF nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo administrativo n. 51-0010/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

3. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (ART.92, I, II).

3.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em intermediação, na Prestação de Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Frota, por meio de cartão magnético, chip e/ou tecnologia contactless, abrangendo o fornecimento de combustíveis, a manutenção preventiva e corretiva, bem como o gerenciamento de peças, acessórios e serviços automotivos, destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Nova União/RO, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo licitatório.

3.2. Os serviços serão prestados conforme descrição na planilha abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor	Taxa % adm	Valor total
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação , implantação, operação e gerenciamento da frota de veículos da Câmara Municipal, mediante utilização de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, pelo critério da menor taxa de gerenciamento, visando ao atendimento das necessidades institucionais do órgão. a intermediação do fornecimento de combustíveis, bem como de peças, acessórios, componentes e	Serviço/mês	01	---	5.24%	---

<p>materiais originais e/ou genuínos, recomendados pelo fabricante, de acordo com as características próprias de cada veículo, por meio de rede credenciada composta por postos de combustíveis, concessionárias, oficinas multimarcas e centros automotivos. Compreende, ainda, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo mão de obra especializada em mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, sistemas de arrefecimento e refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, pintura, serviços em pneus, alinhamento, balanceamento, cambagem, lubrificação, bem como fornecimento e instalação de acessórios, equipamentos obrigatórios e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos. Inclui-se também no objeto a prestação de serviços de socorro mecânico e remoção dos veículos, mediante guinchamento ou rebocamento, por empresas devidamente credenciadas. Adicionalmente, integram o objeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fornecimento contínuo de combustíveis para abastecimento da frota; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento de Frota: Implantação e operação de um sistema informatizado e integrado para o gerenciamento da frota. ◦ Cartões de Abastecimento: Utilização de cartões utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless payment (Pagamento por aproximação), que permitirão um controle eficiente do abastecimento. ◦ Rede Credenciada de Postos de Combustíveis: Disponibilização de uma rede credenciada para o fornecimento de diversos combustíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasolina comum ▪ Gasolina aditivada ▪ Etanol ▪ Diesel • A prestação de serviços de manutenção em geral, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos, novos e de primeiro uso; <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gerenciamento: Implementação de um sistema de gerenciamento de cartões através de uma rede de oficina credenciada, utilizando tecnologia magnética, chip e/ou Contactless Payment (Pagamento por aproximação), visando facilitar o controle de despesas relacionadas à frota. ◦ Manutenção Preventiva e Corretiva: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para veículos leves e motocicletas, assegurando a segurança e a eficiência operacional da frota. ◦ Fornecimento de Peças e Insumos: Garantia de fornecimento de peças de reposição e outros insumos necessários para a manutenção adequada dos veículos. ◦ Sistema de Gerenciamento Informatizado: A empresa contratada deverá operar um sistema informatizado que integre todas as funcionalidades acima, promovendo um gerenciamento eletrônico eficaz e acessível. 					
---	--	--	--	--	--

3.3. A prestação dos serviços continuados compreende o fornecimento de combustíveis, peças e serviços de manutenção para os veículos oficiais, com gestão completa por meio de sistema informatizado via plataforma web e aplicativo móvel. O sistema permitirá controle operacional e financeiro, atualização em tempo real, acesso por usuários autorizados e integração com empresas credenciadas, garantindo transparência e eficiência na gestão da frota.

3.4. Os serviços serão executados por rede credenciada de postos de combustíveis, oficinas mecânicas e revendedores de autopeças, localizada em Nova União, no Estado de Rondônia e, quando necessário, em outros Estados. A rede deverá contar com estabelecimentos suficientes, incluindo no mínimo três bandeiras diferentes de postos de combustíveis, quando houver disponibilidade local.

3.5. A CONTRATADA fornecerá cartões eletrônicos ou magnéticos para gerenciamento dos veículos, cadastrando usuários, gestores e fiscais, devendo emitir os cartões em até 20 dias úteis após a assinatura do contrato e assegurar atendimento emergencial por meios contingenciais.

3.6. Os serviços deverão iniciar em até 30 dias após a assinatura contratual. A CONTRATADA também garantirá suporte técnico permanente, incluindo implantação do sistema, migração de dados, manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas, assegurando a continuidade e o pleno funcionamento da operação.

3.7. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a. O Termo de Referência;
- b. O Edital da Licitação;
- c. A Proposta do contratado;
- d. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

4.1. O contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, conforme disposição legal dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

5. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII).

- *DA EXECUÇÃO;*

5.1. Fica estabelecido locais mínimos, de Prestação dos Serviços e quantidade mínima de credenciados (conforme o Anexo B do termo de Referência).

5.2. A Contratada será responsável pela execução integral do objeto, utilizando recursos tecnológicos e equipe técnica especializada, garantindo padrões adequados de organização, eficiência, qualidade e economicidade.

5.3. A implantação do sistema de gerenciamento da frota deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de serviço pela Contratante, incluindo a liberação de acesso ao sistema web aos servidores autorizados.

5.4. As operações serão realizadas em ambiente web, com acesso mediante login e senha, permitindo interação direta entre a Contratante e o sistema da Contratada.

5.5. Contratada disponibilizará sistema informatizado de gestão de frota capaz de atender todas as demandas da Contratante, com controle dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, e geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros.

5.6. A Contratada deverá:

- a. Cadastrar todos os veículos da frota da Contratante no sistema;
- b. Registrar histórico de manutenção, quilometragem, custos e serviços realizados;
- c. Disponibilizar rede credenciada suficiente para atendimento em todo o Estado;
- d. Permitir abertura, análise e aprovação de ordens de serviço on-line;
- e. Disponibilizar suporte técnico em horário comercial, com prazo máximo de resposta de 4 (quatro) horas úteis.
- f. Disponibilizará a CONTRATANTE, cartões coringa para serem disponibilizados aos usuários, em caráter emergencial, até o recebimento do cartão nominal.

5.7. Os serviços de manutenção e fornecimento de peças somente poderão ser executados após aprovação eletrônica do orçamento pelo fiscal do contrato.

5.8. A rede credenciada deverá fornecer comprovante dos serviços realizados, contendo descrição, valores, garantias e identificação do estabelecimento.

5.9. As oficinas credenciadas deverão realizar check-list no recebimento e na entrega dos veículos, bem como devolver as peças substituídas e certificados de garantia.

5.10. Garantias mínimas;

- a. Peças substituídas: 06 (seis) meses;
- b. Serviços sem fornecimento de peças: 03 (três) meses;
- c. Serviços de manutenção corretiva: 06 (seis) meses, exceto alinhamento e balanceamento (30 dias).
- d. Durante o período de garantia, os defeitos deverão ser corrigidos sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.11. Os preços das peças originais deverão ter como referência a tabela oficial das montadoras ou, na ausência, pesquisa de mercado realizada pelo fiscal do contrato.

5.12. A Contratada garantirá que os preços praticados na rede credenciada não excedam os valores de mercado à vista.

5.13. O sistema deverá permitir a realização de, no mínimo, 03 (três) cotações entre oficinas credenciadas, selecionando-se a proposta mais vantajosa.

5.14. O pagamento aos estabelecimentos credenciados será de responsabilidade exclusiva da Contratada, inexistindo vínculo financeiro entre a Contratante e os prestadores de serviço.

5.15. A Contratante poderá solicitar a substituição de prepostos da Contratada que não atendam às exigências contratuais.

5.16. Quaisquer entendimentos entre Contratada e fiscais deverão ocorrer por escrito.

• **DA GESTÃO DO CONTRATO;**

5.17. A Contratante designará servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, aos quais serão fornecidos acessos ao sistema em níveis distintos.

5.18. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes, nos termos da Lei Federal N.º 14.133/2021;

- a. O contrato será celebrado para 100% (cem por cento) das quantidades apresentadas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a CONTRATANTE a execução do valor total do mesmo;
- b. O valor da Taxa Administrativa proposta será fixo e irreajustável durante o período da contratação. Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal N.º 14.133/2021;

5.19. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.20. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.21. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.22. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.23. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para fornecer o objeto contratual.

5.24. Será realizado pelo(s) servidor(es) indicado(s) como futuro(s) gestor de Contrato pela Unidade Requisitante da contratação, seguindo decreto legislativo nº 50/2023, Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a autoridade observará o seguinte:

- I. - A designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmicas ou técnicas, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;
- II. - A segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e
- III. - Previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

6. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO.

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

7. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO.

7.1. O valor global da despesa com a execução do presente contrato previsto no preâmbulo, observada a composição de preços constante do Processo Administrativo de origem e o artigo 121 da Lei 14.133/21.

7.2 A taxa administrativa praticada no presente contrato é de XX%_____.

7.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI).

8.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pela CONTRATADA, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal/fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

8.2. Não serão recebidos serviços com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência;

8.3. Em conformidade com a nova lei de licitações e contratos (NLLC), o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

8.4. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

8.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal de Serviços, através de transferência bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

8.6. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal de Serviços quando o órgão contratante atestar em definitivo a execução do objeto do contrato.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços, constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto, informando, ainda, o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

8.9. A CONTRATADA deverá apresentar junto ao documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

I Certidão de Regularidade com a Seguridade Social.

II Certidão de Regularidade com o FGTS.

III Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal.

IV Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

V Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

8.10. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante crédito em conta corrente em até 30 (trinta dias) após o atesto do documento de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços e prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

8.11. A Câmara Municipal fica reservada ao direito de não efetuar o pagamento da referida prestação de serviço se estes não estiverem de acordo com as regras estabelecidas neste Termo.

8.12. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

I = Índice de compensação financeira (0,0328), assim apurado: $[12 \text{ (taxa percentual anual)} / 365 \text{ (dias)} = 0,0328]$;

N = Número de dias entre a data limite para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela paga;

8.13. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, inclusive, quando for o caso, as retenções previstas na Instrução Normativa Nº 2145, De 26 De Junho De 2023, que altera a Instrução Normativa RFB Nº 1.234, De 11 De Janeiro De 2012 e estabelece a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) pelos Órgãos, Unidades Administrativas (Secretarias, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações), sobre todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos realizados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.

8.14 Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção e Declaração conforme modelo do anexo IV instrução normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções de que trata a cláusula acima.

9. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V).

9.1. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (ou de seu orçamento base), cujo índice será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou, na sua ausência, o índice geral nacional ou outro que venha substituí-lo.

9.2. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

10. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV).

Compete à CONTRATANTE:

I Fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado;

II Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades constatadas;

III Efetuar os pagamentos devidos, conforme condições estabelecidas neste contrato;

IV Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessário, observada a legislação vigente *(O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa)*;

10.1. São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

10.2. Fiscalizar a execução do contrato.

10.3. Gerenciar o contrato, avaliando se está sendo obedecidos os critérios nele estabelecido.

10.4. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

10.5. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

10.6. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;

10.7. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

10.8. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

10.9. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

10.10. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

10.11. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente concluídos, na forma convencionada no presente instrumento e pelo contrato, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

10.12. Disponibilizar em tempo hábil, nos prazos legais, os empenhos e contrato para que a contratada possa realizar os serviços.

10.13. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços nas condições e preços pactuados;

10.14. Rejeitar os serviços prestados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e o Contrato.

- 10.15. Notificar, formalmente à contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazos para a sua correção;
- 10.16. Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa conforme previsto na Lei 14133/2021.

11. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII).

- 11.1. Deverão disponibilizar local de atendimento no perímetro urbano da cidade de Nova União/RO;
- 11.2. Executar os serviços com a qualidade e na forma exigida no Contrato e no Termo de Referência cumprindo os prazos e condições estabelecidos;
- 11.3. Deverão obedecer rigorosamente às formas de execução supracitada.
- 11.4. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação à prestação do serviço, não excluindo as de natureza civil;
- 11.5. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- 11.6. Responsabilizar pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 11.7. Responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 11.8. A contratada executará os serviços pactuados de forma que atenda às necessidades da Administração Pública Municipal, já explicitados neste Termo de Referência.
- 11.9. Manter as condições de habilitação e as qualificações exigidas para a contratação, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços nos termos da legislação vigente.
- 11.10. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços, não podendo, em hipótese nenhuma, ceder ou subcontratar o objeto deste Termo e consequentemente do contrato.
- 11.11. Executar os serviços em suas instalações, dentro dos prazos estabelecidos neste termo e do contrato, utilizando materiais e equipamentos adequados, com a finalidade de entregar os veículos totalmente limpos e em condições de uso.
- 11.12. Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos veículos, durante a prestação dos serviços, obrigando-se a devolvê-los em perfeito estado de funcionamento.
- 11.13. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado aos veículos e qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros, durante a prestação dos serviços.
- 11.14. Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, ficando claro inexistir entre seus empregados e o Contratante vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, razão pela qual correrão por conta exclusiva do Contratado todos os ônus decorrentes de rescisões de contratos de trabalho e atos de subordinação de seu pessoal.
- 11.15. Assumir a responsabilidade pelos pagamentos de todos os tributos e quaisquer ônus de origem federal, estadual ou municipal, em vigor ou que venham a ser criados durante a vigência deste contrato, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 11.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 11.17. Emitir documentos fiscais referentes à prestação dos serviços.
- 11.18. São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato e no Termo de Referência:

- I. Disponibilizar sistema eletrônico informatizado, acessível via web, para o gerenciamento da frota, com controle em tempo real das operações realizadas;
- II. Fornecer cartões magnéticos, chip e/ou tecnologia contactless, sem ônus adicional à Contratante, para utilização nos veículos autorizados;
- III. Manter rede credenciada suficiente de postos de combustíveis, oficinas mecânicas, concessionárias e centros automotivos aptos a atender às demandas da Contratante;
- IV. Assegurar a execução dos serviços de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças e acessórios, conforme autorizado pela Contratante;
- V. Disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais detalhados, conforme exigido no Termo de Referência;
- VI. Garantir a segurança, rastreabilidade e confiabilidade das informações registradas no sistema;
- VII. Prestar suporte técnico e treinamento aos usuários indicados pela Contratante;
- VIII. Cumprir integralmente as disposições do Termo de Referência, do Edital e da legislação vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII).

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV).

13.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, a serem aplicadas pela autoridade competente da Câmara Municipal de Nova União conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

13.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste termo, o contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a. advertência por escrito.
- b. multa de 1,5% ao dia, sobre o valor total do contrato, nos casos de atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.
- c. multa de vinte por cento sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d. suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;
- e. impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos conforme estabelecido pelo art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência.

13.3. Considerar-se-á descumprido totalmente o contrato quando, injustificadamente, ocorrer o atraso para o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência ultrapassar dez dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

13.4. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de cinco dias úteis a partir da data da intimação.

13.5. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

13.6. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do município e cobrado com base na legislação municipal, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

15.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados a Câmara Municipal de Nova União, pela Lei Orçamentária Anual do município de Nova União, conforme dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	01	PODER LEGISLATIVO
Fonte de Recursos:	010100	CAMARA MUNICIPAL
Recursos	001.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Programa de Trabalho:	2087 0000	ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA CÂMARA
Elemento de Despesa:	3.3.90.40.00 -	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

15.2. A despesa decorrente da presente contratação será classificada no elemento **3.3.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação**, tendo em vista que o **objeto principal do contrato consiste na disponibilização, operação e manutenção de sistema informatizado de gerenciamento eletrônico de frota**, por meio de plataforma digital e cartões magnéticos/chip/contactless, possibilitando o controle, monitoramento, processamento e geração de dados em tempo real relativos ao abastecimento, manutenção e utilização dos veículos oficiais.

15.3. O serviço contratado possui natureza predominantemente tecnológica, uma vez que a remuneração da contratada ocorre por **taxa administrativa vinculada à utilização do sistema**, não havendo aquisição direta de combustíveis, peças ou serviços mecânicos pela Administração, os quais são executados por estabelecimentos credenciados sob gestão da solução tecnológica.

15.4. Dessa forma, o enquadramento no elemento **3.3.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação** mostra-se adequado, compatível com a natureza do objeto e alinhado à finalidade da contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

16.1.Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133,de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133, de 2021.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o **caput** deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1. Este Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133, de 2021, Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor),Lei Complementar Nº 123/06., o decreto legislativo n. 50, de 30 de junho de 2023, decreto municipal nº 1815, de 30 de outubro de 2017, todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

21. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (ART. 92, §1º)

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Nova União/RO, 22 de janeiro de 2026.

EMPRESA: _____

Representante: _____

Avenida Coronel Jorge Teixeira, nº 1075- Centro - Nova União/RO - CEP: 76.924-000
Contato: (69) 3466-1116 - Site: www.camaradenovauniao.ro.gov.br - CNPJ: 01.621.060/0001-94



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ARAUJO LENK, SECRETÁRIO GERAL**, em 04/02/2026 às 10:43, horário de Nova União/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2430 de 03/08/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novauniao.ro.gov.br, informando o ID **325671** e o código verificador **001308E0**.

Referência: [Processo nº 51-10/2026](#).

Docto ID: 325671 v1